

UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS

BRENER LEOPOLDINO

A sub-representação de potências emergentes em instituições financeiras
internacionais: a atuação dos BRICS no FMI

Dourados

2014

BRENER LEOPOLDINO

A sub-representação de potências emergentes em instituições financeiras
internacionais: a atuação dos BRICS no FMI

Monografia apresentada no curso de Relações
Internacionais da Universidade Federal da
Grande Dourados para obtenção do título de
bacharel em Relações Internacionais

Área de Concentração: Economia Política
Internacional

Orientação: Me. Hermes Moreira Junior

Dourados

2014

AGRADECIMENTOS

Ao curso de Relações Internacionais dessa instituição, por ter sido responsável pela conquista de um sonho meu.

A Arthur Banzatto, Danielle Ohara, Karina Okamoto, Marcus Teles, Marianne Pires, Marjorie Kimberly, Nayara Francisca, Rafael Grubert, Thiago Garcia, Vitória Reis e Weriky Victor, meus grandes amigos internacionalistas. Obrigado por terem contribuído em todos os aspectos na tradução da pessoa que sou hoje.

A Elisabete Castelon, Diego Strehl, Igor Carolino, Joédi Guimarães, Marcelo Falchi, Marcilaine Sachet, Paulo Scarin, Rafael Mazzutti e Vinícius Rezende, minha segunda família fora do curso de Relações Internacionais. Obrigado pela amizade e carinho, os levo comigo sempre.

A senhora Maria do Carmo, pela paciência com o prazo dos livros e pelo carinho materno que encontrei em sua pessoa.

A Rayana Kesty, que esteve comigo desde o início da jornada e que decidiu me acompanhar em todas as outras.

A toda minha família, em especial a minha tia Maria Leopoldino, sem você não teria sido possível.

A meu orientador Hermes Moreira Junior, que acreditou em mim mais que do eu mesmo teria sido capaz.

RESUMO

O agrupamento denominado BRICS, composto por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul, que representa hoje 25% do PIB, 42% da população e 40% do toda a força de trabalho existente no mundo, alcançou na última década crescimento econômico superior ao que se viu naqueles países que constituem o Norte político, a rigor União Europeia, EUA e seus aliados tradicionais (Japão, Canadá e Coréia do Sul). Tal crescimento, todavia não foi acompanhado por um substancial amadurecimento da representação política desses países no sistema financeiro internacional. Com o intuito de corrigir tal situação, buscando tornar o sistema internacional um ambiente mais justo, minimizando as disparidades entre Norte e Sul, os BRICS lutam para que uma reforma estrutural seja concretizada nas Instituições oriundas de Bretton Woods. O presente trabalho busca ilustrar algumas das dificuldades que tais potências emergentes vêm enfrentando na luta para romper o *status quo* do Sistema Financeiro Internacional estabelecido no pós-Segunda Guerra pelas potências tradicionais, especialmente no que tange a sugestão de reforma no sistema de cotas do Fundo Monetário Internacional.

Palavras chave: BRICS, FMI, Sistema Financeiro Internacional.

ABSTRACT

The grouping called BRICS, comprising by Brazil, Russia, India, China and South Africa, which currently represents 25% of GDP, 42% of the population and 40% of all the existing workforce in the world, has achieved in the last decade economic growth higher than that seen in those countries that constitute the political North, strictly European Union, United States and its traditional allies (Japan, Canada and South Korea). This growth, however, was not accompanied by a substantial maturing of political representation of these countries in the International Financial System. In order to correct this situation, trying to make the international system a more fair environment, minimizing disparities between North and South, the BRICS struggle for a structural reform to be embodied in the Bretton Woods Institutions. This study aims to illustrate some of the difficulties that the rising powers have faced in the fight to break the status quo of the International Financial System established in the post-World War II era by the traditional powers, especially regarding the suggestion of reforms in the International Monetary Fund quota system.

Key words: BRICS, IMF, Sistema International Financial System.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO 6
2. SISTEMA FINANCEIRO INTERNACIONAL E PADRÕES MONETÁRIOS 7
 - 2.1 O PADRÃO OURO-LIBRA ESTERLINA 8
 - 2.2 DO PADRÃO OURO-DÓLAR AO DÓLAR FLEXÍVEL 16
3. O MARCO NEOLIBERAL E A CONTRACORRENTE KEYNESIANA 20
 - 3.1. NEOLIBERALISMO: TEORIA E PRÁTICA ECONÔMICA 21
 - 3.2. A CONTRIBUIÇÃO KEYNESIANA PARA O NOVO ESTADO DESENVOLVIMENTISTA 28
4. A SUBREPRESENTAÇÃO DOS BRICS NO FMI 33
 - 4.1. BRICS: DO NASCIMENTO À SUA INSERÇÃO COMO ATOR DA ECONOMIA INTERNACIONAL 34
5. CONCLUSÃO 53
- REFERÊNCIAS 55

1 INTRODUÇÃO

A seguinte monografia se dispõe a construir uma discussão em torno da busca por representatividade que reflita seu papel de ator no Sistema Financeiro Internacional que o agrupamento de países denominado BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) têm se dedicado nos últimos encontros do G-20 (grupo das 20 maiores economias).

Para melhor compreensão da atual conjuntura do Sistema Financeiro Internacional (SFI), o primeiro capítulo versará sobre formação histórica das trocas comerciais e os decorridos SFIs, até abordarmos o momento financeiro presente.

Os BRICS são Estados que possuem passado histórico comum em muitos aspectos, não bastasse isso seus governos também têm posicionamentos homólogos em determinadas manobras econômicas, como por exemplo, o anseio pela reforma política das instituições financeiras internacionais, para que reflitam de maneira mais harmônica o *status quo* econômico atual do sistema internacional. Minha hipótese se valerá do fato de que políticas Keynesianas, das quais se valeram os governos dos BRICS, têm colaborado para seu melhor desempenho diante de crises financeiras globais. De outro lado, políticas demasiado Neoliberais têm sido um dos motivos pelo qual potências tradicionais foram levadas ao colapso econômico na última década. Em razão dessa hipótese o segundo capítulo se põe ao trabalho de explorar e contrapor as políticas Keynesianas e Neoliberais empreendidas por esses dois blocos de estados.

Embora os BRICS tenham se mostrado bem sucedidos diante dos contratemplos e crises financeiras mundiais e a despeito de seu tão pontuado crescimento econômico nas últimas décadas, é notada sua diminuta representação em instituições financeiras e organizações a nível global. Como artifício me valho das dificuldades encontradas pelo grupo ao propor uma reforma do sistema de cotas do Fundo Monetário Internacional (FMI), denotando o costume da organização em privilegiar as tradicionais potências europeias. Nesse último momento exporemos a formação do G-20 como articulador da economia global e como, através dele, os BRICS, desde seu nascimento, têm tentado encontrar uma via de acesso à sua melhor representação no Sistema Financeiro Internacional. Tal discussão faz-se necessária em vista de errôneas interpretações que existem acerca dos BRICS. Sua atuação no sistema internacional tem sido por vezes demasiado otimista, mas isso não é reflexo do que vem acontecendo. É necessária uma análise da situação real dos fatos expostos e entender que o Sul político precisa rever seu papel no sistema internacional.

2 SISTEMA FINANCEIRO INTERNACIONAL E PADRÕES MONETÁRIOS

O Sistema Financeiro Internacional (SFI) é um conceito utilizado para definir períodos em que o ordenamento monetário global encontra-se em confluência com determinados interesses. Busca-se com um SFI homogêneo minimizar obstáculos burocráticos para facilitar trocas comerciais entre os diversos componentes de um Estado (empresas privadas, estatais, sociedades anônimas, organizações do terceiro setor, indivíduos, dentre outros).

A História Contemporânea viveu dois momentos em que SFIs existiram de fato. O primeiro refere-se ao Padrão Ouro, localizado em fins do século XIX e início do século XX. A segunda tentativa de organizar um SFI diz respeito ao Sistema Bretton Woods, inaugurado no pós-Segunda Guerra, que durou até meados da década de 1970. Diz-se que o período entre-guerras viveu um desfalecimento do primeiro SFI, e que após o fim do Sistema Bretton Woods, década de 70, o mundo se encontra em um momento denominado "Não-Sistema", em que organizações financeiras, embora originárias da época dos acordos de Bretton Woods, não determinam um SFI regulamentado quando comparado aqueles de épocas anteriores.

Nesse momento retomarei os principais marcos históricos e políticos dos SFIs que existiram, denotando os principais padrões monetários a que foram atrelados. O texto tem início em pontuações sobre trocas comerciais demarcadas na Idade Antiga, através de seu curso chegarei às primeiras acepções de um padrão monetário de fato que definirá o primeiro SFI, o padrão-ouro. Discorrerei ainda sobre as conturbações do período entre-guerras e sua desembocadura na Conferência de Bretton Woods. O ciclo se concluirá quando delinearmos o contexto do possível Sistema Financeiro Internacional que encontramos hoje. O capítulo serve de apoio para a futura compreensão da dinâmica que tem ocorrido no principal fórum de discussão econômica mundial, o G-20.

2. 1 O padrão Ouro-Libra Esterlina

Por muito tempo na história a comercialização de bens foi feita através da troca de semelhantes, o escambo. Não existia um sistema que determinasse valores às mercadorias, o comércio, portanto, não era uma atividade regulamentada.

A moeda hoje parece algo pra lá de simples, mas nem sempre foi assim. Antigamente, ainda em anos a.C, o escambo era o mecanismo para se "fazer negócios". Eram trocas amigáveis, baseadas no excedente de produção, sem equivalência de valor. Grãos e, principalmente, animais, eram os mais usados. Reinos da África ocidental e sociedades da Grécia, Egito, China e Ásia Menor foram os primeiros a estabelecer esse tipo de troca. No Brasil, as notícias datam do século XVI e relatam que as mercadorias mais comuns vinham do trabalho agrícola: pau-brasil, cacau, tabaco. (BARRETO. 2009, p. 72).

Foi a partir da descoberta dos metais preciosos da Idade Média que moedas começaram a ser cunhadas. A libra esterlina foi cunhada pela primeira vez em 1190 no reinado de Ricardo II. Os ourives tiveram papel importante nesse momento, pois guardavam objetos de ouro e prata das pessoas que em troca recebiam um papel assinado pelo ourives garantindo a confiança pelos bens guardados.

O sistema de moedas cunhadas a partir de metais preciosos vigorou por muitos anos. Sua utilidade era prática já que permitia a qualquer pessoa trocar seus bens de valor (ouro, prata, bronze ou até mesmo joias) por um recibo de garantia equivalente. Eram os chamados padrões metálicos. O padrão bimetálico (circulação de moedas de ouro e prata, ou prata e bronze) também era comum. Interessante notar que entre um país que utilizava o ouro e outro que utilizava a prata, um país de padrão bimetálico funcionava como intermediador de trocas. O ouro teve papel de moeda comum e servia para compensar a balança entre esses países.

A combinação de moedas de ouro, prata e cobre era a base para as compensações internacionais. Os residentes em um país, ao adquirir do exterior mais do que vendessem a países estrangeiros, ou ao conceder empréstimos em montante superior ao que houvessem tomado de empréstimo, acertavam as diferenças com dinheiro aceitável por seus credores (EICHENGREEN. 2012, p. 31).

Entretanto o uso do ouro para trocas cotidianas não era prático, já que o valor de uma única moeda equivalia a salários inteiros; além disso, a cunhagem de moedas não dotava de tecnologia suficiente a ponto de evitar com eficácia sua falsificação; fez-se necessária a adoção de medidas para contornar tal problema. A criação de moedas representativas foi uma

delas. Durante o cotidiano, moedas de menor valor agregado (a prata, por exemplo, ou até mesmo notas assinadas) eram utilizadas para cumprimento de trocas cotidianas. Os bancos surgiram como organizações competidas a regulamentar a circulação de câmbio a nível nacional e internacional.

Roubos e falsificações dos metais, no entanto, causavam preocupação. Curiosamente, vem daí o aparecimento dos primeiros "bancos" da história. "As pessoas começaram a recorrer aos ourives que ficavam em bancas nos mercados para guardar seus metais. Eles davam uma espécie de certificado, um papel que atestava o valor guardado, algo muito comum na Roma Antiga. Os papéis circulavam então nas sociedades, facilitando o comércio", explica Telma Ceolin, chefe do Museu de Valores do Banco Central. (BARRETO. 2009, p. 73).

O primeiro Banco Central na história é o Banco da Inglaterra, fundado em 1694. Sua função primordial era emitir notas representativas, chamadas cartas de crédito, que até 1725 eram manuscritas. Outros bancos foram sendo criados em cada um dos Estados europeus com a mesma finalidade. Um sistema comunitário nessa linha facilitaria e traria maior regularidade para as atividades cambiais.

A expansão internacional dos bancos ingleses operou inicialmente respaldando o domínio comercial de raiz manufatureira da Grã-Bretanha. Mesmo anteriormente a 1870, os grandes bancos haviam conquistado uma influencia crescente no exterior, acompanhando o intercâmbio mercantil inglês, especialmente com as colônias e os países europeus. Posteriormente, as suas funções e os seus campos de gestão se estenderam aos Estados Unidos e à América Latina, participando no financiamento de atividades manufatureiras, mineiras e de infra-estrutura (ferrovias, portos, serviços urbanos, etc.) (LICHTENSZTEJN; BAER. 1986, p. 20-21).

Dado o atrelamento do comércio entre Estados, era mais vantajoso que trocas homogêneas fossem privilegiadas, ou seja, que se utilizasse uma mesma moeda. Embora o padrão ouro propriamente dito não tenha sido adotado antes de 1870, o metal nobre já protagonizava as principais trocas comerciais nos estados nacionais europeus e também em suas colônias. A descoberta de jazidas auríferas na Califórnia (1848) e Austrália (1851) elevou em 10% a quantidade desse metal em todo o mundo, fato que contribuiu ainda mais para que a adoção do padrão-ouro acontecesse.

Durante todo o século XIX a Inglaterra despontou como maior potência industrial no planeta e ao anunciar que só faria uso de ouro na conversão de libras esterlinas fez com que os sistemas bimetálicos fossem colocados em risco. A Inglaterra era entendida como a "ilha da estabilidade" e muitos países passaram a seguir seu modelo em vista da confiança que

depositavam nos bancos ingleses. O fato de uma conversão comum incitava outros Estados a tomarem a mesma atitude para que eventual confusão na conversão de moedas estrangeiras fosse minimizada.

A industrialização transformou a Grã-Bretanha, o único país que já adotara o padrão ouro, na mais importante potência econômica do mundo e na principal fonte de financiamentos externos. Isso encorajou outros países que pretendiam manter relações comerciais com a Grã-Bretanha e dela importar capitais a seguir seu exemplo. Quando a Alemanha, segunda maior potência industrial da Europa, estabeleceu esses relacionamentos, em 1871, o estímulo foi reforçado (EICHENGREEN. 2012, p. 42).

Após a Guerra Franco-Prussiana, o Império Alemão lançou sua nova moeda, o marco, e também firma o ouro única moeda conversível. A adoção do ouro como padrão pelos demais países foi rápida e fez com que a libra esterlina se tornasse uma forte moeda tanto para reserva quanto para uso comercial. Para nosso estudo é a partir do momento em que as potências europeias adotam o padrão-ouro que temos a primeira noção tangível de Sistema Financeiro Internacional. Embora ligas monetárias¹ tenham existido em outros momentos, é aqui que sua aceção atinge um nível de integração supracontinental.

Este padrão estava associado basicamente à aceitação de certo número de países a três regras básicas: conversibilidade das moedas nacionais em ouro, liberdade para movimento internacional de ouro (entrada e saída sem restrições) e um conjunto de regras que vinculavam as moedas em circulação às reservas nacionais do país. (FERREIRA. 2012, p. 3)

Os principais bancos ingleses receberam de muitos países enormes quantidades de depósito a título de reserva. O padrão-ouro do século XIX em suma foi um padrão-libra esterlina, dado o poderio inglês, seja no comércio internacional seja em razão de seu Tesouro.

Por que, então, uma série de países europeus escolheram a década de 1870 para adotar o padrão ouro? Em determinado plano, a resposta é a Revolução Industrial. Seu símbolo, a máquina a vapor, eliminou o obstáculo técnico. A industrialização transformou a Grã-Bretanha, o único país que já adotara o padrão ouro, na mais importante potência econômica do mundo e na principal fonte de financiamentos externos. Isso encorajou outros países que pretendiam manter relações comerciais com a Grã-Bretanha e dela importar capitais a seguir seu exemplo. Quando a Alemanha, segunda maior potência industrial da Europa, estabeleceu esses relacionamentos, em 1871, o estímulo foi reforçado. As externalidades em rede, que no passado haviam sustentado o bimetalismo, empurraram os países para o outro. Iniciou-se, assim, uma reação em cadeia, provocada não pela liquidação da prata pela

¹ A Europa já havia vivido várias uniões monetárias. Em 1863, por exemplo, Napoleão III criou a chamada União Monetária Latina (entre França, Bélgica, Suíça e Itália), visando estender a hegemonia francesa no continente. (BITTENCOURT. 2002, p. 9).

Alemanha, mas pelo interesse de cada país em adotar o padrão monetário compartilhado pelos seus vizinhos comerciais e financeiros (EICHENGREEN. 2012, p. 42).

Pelo fato das moedas de ouro possuírem alto valor unitário a deflação foi inevitável, embora isso não tenha encorajado qualquer tentativa de retorno a um padrão bimetálico. O gráfico a seguir ilustra os preços britânicos no atacado entre 1873-1913.

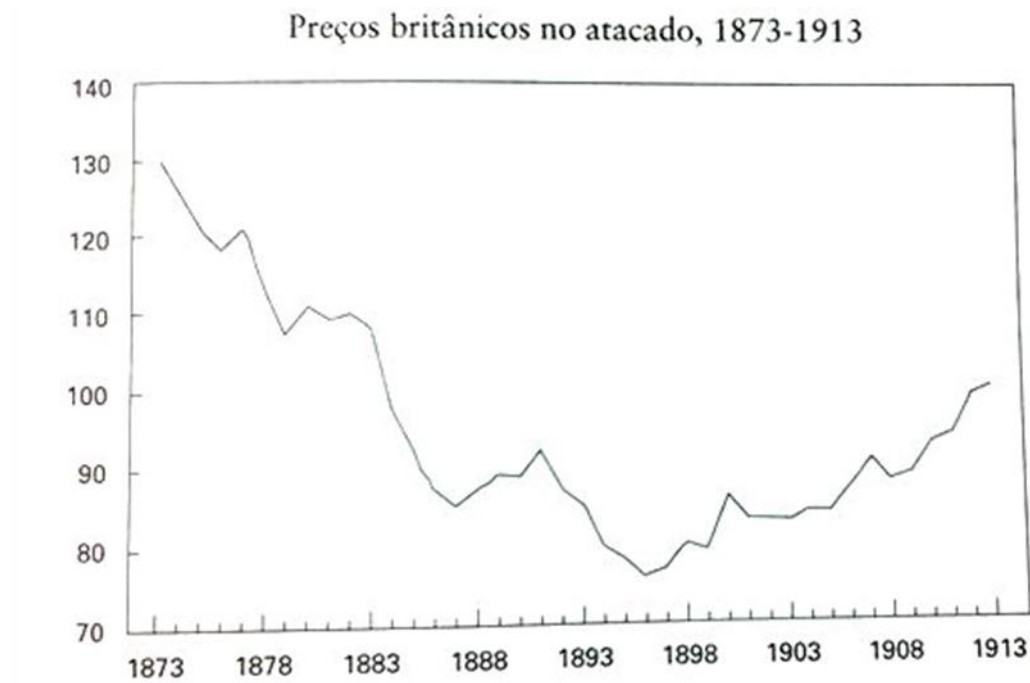


Gráfico 1 – Preços britânicos no atacado entre 1873-1913. (EINCHEGREEN, 2012).

Note que ao aproximar da Primeira Guerra os preços retornam a subir dada a fuga do ouro dos mercados.

Pode-se dizer que esses países haviam adotado o padrão ouro, no sentido de que, sempre que solicitados a isso, seus governos estavam prontos a converter seu dinheiro em circulação em ouro a um preço fixo. O banco central ou nacional mantinha uma reserva de ouro a ser pago na eventualidade de suas obrigações serem apresentadas para resgate. Esses bancos centrais eram geralmente instituições privadas (eram exceções o Riksbank sueco, o Banco da Finlândia e o Banco Estatal Russo) que, em troca de um monopólio do direito de emitir bilhetes bancários, prestavam serviços ao governo (detendo uma parte da dívida pública, adiantando fundos para o tesouro nacional, supervisionando o funcionamento do sistema financeiro) (EICHENGREEN. 2012, p. 47).

A conversibilidade das moedas era prioridade na política de qualquer país em detrimento de outros setores, em razão dos ideais mercantilistas que predominavam na época.

Ao inflacionar os preços para equilibrar a balança quando essa estava em déficit o Estado indiretamente suscitava uma alta na taxa de desemprego, mas isso pouco lhe importava. Os homens com propriedades eram os únicos detentores do direito a voto e de alguma forma eles estavam ligados a banqueiros, o que fazia com que existisse certa convergência de interesses. Mas o restante da população sofria com a política de conversibilidade de moedas e a essa maioria restava apenas sobreviver com tal situação, já que partidos trabalhistas ainda estavam se estruturando e os direitos civis praticamente não existiam.

No caso de um país com um déficit comercial, o segundo conjunto de transações superava o primeiro. Esse país sofria uma perda de ouro, o que desencadeava uma cadeia de eventos autocorretivos. Com menos dinheiro (moedas de ouro) circulando internamente, o país deficitário registrava uma queda dos preços. Com mais dinheiro (moedas de ouro) circulando no exterior, os preços registravam uma elevação no país superavitário. Dessa forma, o fluxo de espécie produzia uma alteração nos preços relativos (daí o nome "modelo de fluxo de moedas metálicos") (EICHENGREEN. 2012 p. 51).

Com o encarecimento das importações, os residentes no país reduziram suas compras de produtos importados. Por outro lado, os estrangeiros, para quem produtos importados teriam ficado mais baratos, tenderiam a comprar maiores quantidades de produtos importados. Haveria um crescimento nas exportações do país deficitário, e suas importações cairiam, até a eliminação do desequilíbrio comercial (EICHENGREEN. 2012 p. 51).

Até meados do início da Primeira Guerra Mundial o padrão-ouro "administrado" pela Inglaterra não sofreu com grandes mudanças. Sendo assim o sistema financeiro prosseguiu pacífico, sem grandes abalos no ordenamento das conversibilidades. A solidariedade entre grandes bancos centrais e Estados era quase uma constante, já que era do interesse de todos a manutenção de alguma ordem que não ocasionasse um efeito dominó em caso de crise em uma das potências europeias.

Infelizmente tal estabilidade e comportamento cooperativista não alcançavam os países periféricos (América Latina), em razão das potências tradicionais não enxergarem necessidades de fato em realizar políticas compensatórias para aquela região. Esses países (Brasil e Argentina, por exemplo), cuja exportação de *commodities* dependia quase que integralmente da estabilidade da moeda inglesa, sofriam com recessões em suas economias a qualquer solavanco dos bancos ingleses.

Os resultados foram menos satisfatórios fora do centro europeu onde se adotara o padrão ouro. Alguns dos problemas experimentados pelos países da periferia podem ser atribuídos ao fato de que a prática de cooperação

raramente alcançava regiões tão distantes. Não se deveu a uma coincidência o fato de que o Banco da Inglaterra tenha sido o alvo de apoio externo em 1980 e, novamente, em 1907. A estabilidade do sistema dependia da participação dos britânicos; assim, o Banco da Inglaterra tinha o peso necessário para cobrar ajuda externa nos momentos de necessidade. Para outros países, a situação era diferente. Os principais bancos centrais sabiam que uma instabilidade financeira poderia se alastrar, e em razão desse risco de contágio, países como a França e Alemanha podiam esperar apoio daqueles bancos. Mas os problemas na periferia não colocavam em risco a estabilidade sistêmica e, por isso, os bancos centrais europeus sentiam-se menos inclinados a ir em socorro de um país, digamos, da América Latina (EICHENGREEN. 2012, p. 67).

Foi por volta da primeira década do século XX que a Inglaterra passa a perder espaço no cenário econômico para novas potências. Esses Estados haviam adquirido impulso com a Segunda Revolução Industrial e aproveitando-se do Neocolonialismo na África conseguiram projetar sua economia e comércio a ponto de gerar preocupações para a coroa inglesa. Dentre elas, França e Estados Unidos, cujos bancos privados já despontavam com grande protagonismo, passaram a ter o domínio de casas de câmbio antes controladas integralmente por banqueiros ingleses. “Por volta da virada do século, o papel da Grã-Bretanha estava sendo enfraquecido pelo ritmo mais acelerado do crescimento econômico e do desenvolvimento financeiro em outros países” (EICHENGREEN. 2012, p. 73).

Não bastasse o surgimento de novas potências, as rivalidades entre si tornaram-se maiores. A busca por novos territórios incitada pelo neocolonialismo imperialista foi fomentada por nacionalismos exacerbados nos principais Estados europeus.

Na década de 90 do século XIX a descoberta de jazidas de ouro sentiu uma significativa freada, trazendo à tona preocupações a respeito da economia mundial. A criação de partidos trabalhistas e a concessão de direitos civis facilitou a organização popular que estava há muito insatisfeita com a demasiada prioridade dada à conversibilidade de moedas por parte dos governos.

O panorama da Europa no pré-Primeira Guerra Mundial combinava insatisfação popular, rivalidades entre Estados acirradas em decorrência da partilha da África e suspense no que tangia as balanças comerciais. A estabilidade do padrão-ouro apresentava seus primeiros sinais de incapacidade de gerir o sistema.

Durante a Primeira Guerra Mundial a Inglaterra para quitar suas dívidas vendeu grande parte de seus ativos, fazendo com que a libra esterlina perdesse força como fundo de

reserva. A importância da moeda inglesa para a economia global diminuía cada vez mais. Além da Inglaterra, países outrora detentores de moeda robusta, como a Alemanha, por exemplo, se viram obrigados a importar capital norte americano para arcar com os custos daquela Guerra cujas consequências perduraram mais que seus quatro anos de duração.

Com a eclosão da Primeira Guerra Mundial, grande parte dos governos nacionais passou a financiar o conflito com a emissão de papel moeda sem lastro, com uma conseqüente alta de preços e inflação. Com as pressões inflacionárias crescendo em níveis sem precedentes em quase todos os países do mundo, houve uma queda acentuada dos estoques de ouro disponíveis no âmbito internacional. Nesse período, muitos países abandonaram o padrão-ouro e passaram a estabelecer medidas macroeconômicas com a intenção de suprir as suas respectivas crises internas. Para superar essa escassez de recursos em ouro no nível internacional, o Comitê Financeiro em 1922, passou a recomendar aos países menores (em desenvolvimento) que mantivessem suas reservas em moedas estrangeiras, providas dos países maiores (desenvolvidos), as quais ainda estavam lastreadas no ouro (KRUGMAN, 2005, pp. 405-408). (apud, FERREIRA, 2012, p. 4).

O gasto com a guerra não foi o único motivo que causou o endividamento acelerado de grandes economias, mas também o advento cada vez maior de partidos trabalhistas e o aumento dos direitos do cidadão. Diferente do que ocorria ao final no esplendor do padrão-ouro, em que os estados conseguiam manter a balança comercial favorável como prioridade em detrimento dos direitos sociais e trabalhistas, agora isso não poderia mais ser feito. A população estava cada vez mais atenta em relação aos gastos públicos e cobrava de seus governantes sempre que se sentisse lesada. A prática de medidas austeras não era mais uma manobra fácil de ser feita. Foi inevitável a tomada de medidas que colocassem em risco então a soberania das moedas nacionais.

A Inglaterra desde 1914 suspendera a conversibilidade da moeda em ouro, o que em técnica já anunciava sua retirada desse sistema. Quase que simultaneamente, a maior parte dos países beligerantes denunciou o padrão-ouro nesse período, porém alguns retornaram a ele no pós-guerra. O tímido retorno ao padrão-ouro por alguns países foi ineficiente para reavivar a economia, além disso, o saldo das batalhas gerou intensa animosidade entre os estados e isso fez com que não houvesse qualquer possibilidade real de um mercado harmonioso e complementar entre as principais economias da época.

A reconstrução do sistema financeiro internacional no primeiro pós-guerra não chegou a consolidar um padrão definido. Para os países europeus com uma inflação acentuada, com perdas importantes de reservas e com uma carga volumosa de dívidas, o retorno ao padrão ouro ideal significava um grande esforço deflacionário e um aumento dos sacrifícios e das tensões

internas. Finalmente, a ausência de um acordo conduziu a um período de transição ao longo do qual o centro hegemônico do sistema financeiro internacional se deslocou parcialmente da Grã-Bretanha para os Estados Unidos. (LICHTENSZTEJN; BAER. 1986, p. 23).

Os preços na Europa se mantiveram desestabilizados daí em diante. A emissão de papel-moeda sem lastro, alta nos preços, desaparecimento das reservas de ouro, falta de credibilidade entre moedas, e a consequente Grande Depressão de 1929-1930, ocasionou a deterioração por completo do padrão-ouro.

No verão de 1931, a instabilidade se alastrou, penetrando o núcleo industrializado do sistema. Áustria e Alemanha sofreram crises bancárias e corridas contra suas reservas internacionais. Quanto maior o socorro prestado a seus sistemas bancários, mais rapidamente seus bancos centrais sofriam uma hemorragia de ouro. Eles foram levados a suspender a conversibilidade e aplicar controles cambiais. Em 1932, o sistema monetário internacional havia se fracionado em três blocos: os países do padrão-ouro residual, à frente dos Estados Unidos; a área da libra esterlina (formada pela Grã-Bretanha e pelos países que haviam atrelado suas moedas à libra); e os países da Europa central e oriental, liderados pela Alemanha, onde era praticado o controle cambial. (EINCHENGREE. 2012, p. 80).

O ideário “empobreça seu vizinho” corroborou para a iminente desintegração da economia internacional. O abandono da cooperação entre Estados e a ausência de um sistema que regulasse as trocas financeiras entre si gerou uma atmosfera hostil que duraria até o final da Segunda Guerra Mundial.

Em julho de 1944, o sistema financeiro internacional estava despedaçado. As maiores potências do mundo ainda estavam em guerra, mais preocupadas com avanços bélicos que econômicos. A Grande Depressão de 1929 resultou em diminuição drástica de produção, comércio e emprego e lançou toda a sorte de protecionismos: barreiras comerciais, controle de capitais, medidas de compensação cambial. A política que ficou conhecida como “*beggar-thy-neighbor*” (empobreça seu vizinho), disseminada nos anos 1930 e que primava pelo aumento de tarifas para reduzir déficits na balança de pagamento, era a cartilha dos governos. (BARRETO. 2009, p. 47).

2. 2 Do padrão ouro-dólar ao dólar flexível

Após a Segunda Guerra Mundial o receio de uma nova recessão como a de 29 fez com que países, principalmente os do Norte político, buscassem uma forma de equilibrar suas balanças econômicas, estabilizando o desemprego e suas moedas. O meio para que tais objetivos fossem alcançados fez germinar a ideia de reorganizar o sistema financeiro internacional. As diretrizes para esse novo arranjo econômico nasceriam em breve no estado de New Hampshire, EUA.

O regime Bretton Woods, fundado em 1944, denunciava a fragilidade em que se encontrava o Sistema Financeiro Internacional. A confiança entre os Estados deveria ser restabelecida, assim como a harmonia monetária e a regulação das trocas financeiras. A maioria dos países do mundo capitalista estava endividada com a Segunda Guerra Mundial, à exceção de um, os Estados Unidos da América. Os Estados Unidos estavam lucrando com as duas grandes guerras desde o início do século XX, ao passo que a Europa se endividava e se via cada vez mais dependente de capital advindo daquele país. À época os EUA detinham 80% das reservas de ouro em todo o mundo, o que lhes garantia poder de barganha e voz legitimada na maioria dos tratados que estavam envolvidos. Não foi surpresa o fato de se dispuserem a organizar um sistema que lhes conviesse a seus interesses.

O Sistema de Bretton-Woods afastou-se em três aspectos fundamentais do padrão ouro-divisas. O câmbio fixo tornou-se ajustável, sujeito a condições específicas. Aceitavam-se controles para limitar os fluxos de capital internacionais. E uma nova instituição, o Fundo Monetário Internacional, foi criada para monitorar as políticas econômicas nacionais e oferecer financiamento para equilibrar os balanços de pagamentos de países em situações de risco. (EINCHENGREEN, 2012, p. 131).

Bretton Woods fixou o dólar como moeda oficial de reserva, de modo que os países signatários dos tratados e acordos ali firmados deveriam garantir taxas fixas de suas moedas em relação ao dólar americano. Os países reunidos em New Hampshire confiaram suas moedas ao ouro norte-americano, que seria a garantia da validade do Sistema Bretton Woods. Além disso, duas organizações internacionais foram criadas naquele momento, o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD). O FMI ficaria responsável por flexibilizar as trocas entre países, emprestar capital, supervisionar a política deficitária dos países membros e fornecer diretrizes

de negociação para ajustar possíveis desequilíbrios. O BIRD por sua vez foi criado com o intuito de garantir financiamentos para a construção do pós-guerra e auxiliar políticas de desenvolvimento para a órbita capitalista dos Estados Unidos.

O primeiro passo era garantir a estabilidade monetária das nações. O acordo de Bretton Woods definiu que cada país seria obrigado a manter a taxa de câmbio de sua moeda "congelada" ao dólar, com margem de manobra de cerca de 1%. A moeda norte-americana, por sua vez, estaria ligada ao valor do ouro em uma base fixa. Esse sistema liberal, que primava pelo mercado e pelo livre fluxo de comércio e capitais, foi a base para o maior ciclo de crescimento da história do capitalismo. Com sua moeda regendo o mundo e supremacia nos setores industrial, tecnológico e militar, um país foi o grande vencedor: os Estados Unidos. (BARRETO. 2009, p. 47).

O Sistema Bretton Woods sobreviveu por três décadas a muito custo. Tão logo iniciado o sistema ouro-dólar, os EUA iniciaram uma política econômica expansionista em que buscava inundar seu mercado com dólares. Ao final da década de 1960 tal posicionamento macroeconômico foi incapaz de seguir adiante, ao passo que as reservas auríferas dos EUA eram insuficientes para garantir sua troca por dólares. Somado a isso, a emissão de notas de dólares sem lastro pelo *Federal Reserve* (Banco Central estadunidense), a desvalorização das moedas nacionais em razão da enxurrada de dólares “sem fundo” e o Segundo Choque do Petróleo (1974), gerou extrema desconfiança internacional, o que acabou por conclamar o fracasso do sistema em vigência.

O colapso do padrão ouro-dólar a uma taxa de câmbio fixa entre 1971 e 1973, ocorreu como resultado de um ataque de compras especulativas sobre as moedas estrangeiras. Sob o padrão dólar, não houve, naturalmente, limite de capacidade de armazenamento físico nas habilidades das autoridades estrangeiras para acumular reservas em dólares. (...) A perda de capital previsto para o caso de um colapso pode ter tido alguma influência sobre a vontade de continuar a acumular reservas em dólar. Com várias autoridades monetárias estrangeiras individualmente capazes de abandonar o padrão ouro-dólar (e aumentando assim a pressão sobre os restantes membros), o padrão dólar parecia cada vez mais frágil. (GARBER. 1993, p. 490, tradução nossa).

O sistema durou até a década de 1970, quando países influentes, como Inglaterra e Japão, começaram a escapar dessa paridade. Sob pressão internacional, o padrão dólar-ouro é abandonado. Em seu lugar, adota-se o regime cambial flutuante, que vigora até hoje. Abriam-se as portas para o neoliberalismo, que para muitos é a tradução de que o mercado financeiro mundial movimenta um volume de dinheiro muito superior à riqueza real da economia. (BARRETO. 2009, p. 47).

A partir de 1973 se inicia a era do “Não-Sistema” internacional. As regulamentações de Bretton Woods são abandonadas e o câmbio flutuante toma o lugar do padrão fixo ouro-

dólar definido em 1944. A luta econômica livre, a acirrada competitividade comercial e políticas macroeconômicas hostis passam a atuar no cenário internacional. Dessa maneira perde-se qualquer disciplina monetária alcançada até então para que uma “mão invisível” neoliberal assuma o papel de Bretton Woods. A chamada Crise do Capital, que caracteriza esse momento, começa assumir então a responsabilidade pelo que vem a ser o Sistema Financeiro Internacional hoje, incorporado pela desregulamentação monetária e pela desigualdade doente entre economias nacionais.

De uma forma geral, o atual sistema financeiro internacional apesar de permitir uma maior margem de manobra para a adoção de políticas econômicas menos restritas e proporcionar uma maior rapidez dos fluxos de capitais (o que favorece a ampliação do comércio internacional), bem como todos os benefícios também gerados pela globalização. Ele ainda está inserido em uma lógica de constante deterioração, aumentando, assim, as assimetrias dos mercados financeiros contemporâneos. Toda a lógica especulativa comentada anteriormente tem implicado na formação de bolhas especulativas e posteriores colapsos de preços. Gera-se, deste modo, uma extrema volatilidade dos fluxos recentes de capitais, o que afeta de modo significativo todos os países em desenvolvimento (KRUGMAN, 2005, pp.423-425, apud, FERREIRA. 2012, p. 9).

O sistema financeiro baseado no dólar acabou por oficializar o papel dos EUA como maior economia mundial, o que não era surpresa, já que possuíam a maior reserva de dólares e estavam presentes nas principais instituições internacionais. Os problemas de confiança na moeda norte-americana oriundos de décadas anteriores foram logo substituídos pelo estabelecimento do dólar como principal meio de troca nas transações. A autorregulação através do mercado e do câmbio flutuante, entretanto, iniciou um processo de crises cíclicas e que devido à interdependência atrelada ao dólar, gera uma reação em cadeia a cada vez que uma recessão tem início.

A transição para o câmbio flutuante depois do colapso do Sistema de Bretton Woods foi um salto no escuro. As autoridades – especialmente as de organismos como o FMI, que estavam fortemente comprometidas com o velho sistema – não deram o passo rumo à mudança por iniciativa própria; tiveram de ser empurradas. Em julho de 1972, os diretos do Fundo Monetário Internacional formaram a Comissão dos Vinte (C-20), composta por representantes de cada um dos vinte grupos de países representados por um diretor executivo do FMI, para preparar propostas de reforma no sistema de paridades cambiais. (EINCHENGREEN. 2012 p 187).

Delineado por contornos assimétricos, acompanhado pela volatilidade do câmbio flutuante e de políticas macroeconômicas, o “Não-Sistema” colabora para a fragilidade do capital em que o sistema internacional está inserido. Além disso, acentua-se a divisão do

mundo em dois blocos, o de países desenvolvidos com grandes reservas em dólares, e, aqueles que sobrevivem à custa de exportação de commodities para os primeiros.

Um sistema monetário internacional pressupõe a existência de regras e critérios de ajustes bem definidos, sendo estes, aceitos por todos os países que participam efetivamente da regulamentação deste sistema econômico. Houve, ao longo da história, dois grandes esforços para a redefinição do sistema monetário internacional: o padrão-ouro e o Sistema de Bretton Woods. No entanto, com a falência destes respectivos modelos, os mercados financeiros contemporâneos, encontraram-se imersos em um sistema de constante expansão dos fluxos de capitais e taxas de câmbios flutuantes, tidos como imprevisíveis. O atual sistema possui como objetivo viabilizar a fluidez das relações econômicas internacionais, proporcionando a maximização dos ganhos com o comércio transfronteiriço e os benefícios derivados dos movimentos constantes de capital. (FERREIRA. 2012, p. 3).

O Sistema Bretton Woods embora tenha deixado de existir, deixou como herança duas instituições financeiras (BIRD e FMI) que têm amplo domínio sobre as trocas monetárias entre Estados e que conferem aos países desenvolvidos privilegiada posição diante da maioria das nações não europeias. Blocos de países emergentes, como os BRICS, por exemplo, encontram cada vez maior dificuldade ao tentar se inserir em uma dinâmica monetária controlada por uma minoria, do qual a maioria se vê altamente dependente.

De 1944 para cá, muita coisa mudou. A hegemonia erguida e mantida pelos Estados Unidos a partir de Bretton Woods já não é a mais a mesma. A União Européia se fortaleceu e países antes nomeados como "emergentes", como Brasil, China e Índia, aceleraram seu ritmo de crescimento e adquiriram importância incontestável nas decisões que trilham a economia mundial. (BARRETO. 2009, p. 47).

É nesse contexto que buscarei expor a luta que os BRICS vêm enfrentando para conseguir um mínimo de mudança em uma instituição financeira, que tem colaborado para a manutenção de um *status quo* que há muito contribui para a supressão de possíveis realidades mais equilibradas e menos desiguais entre o Norte e o Sul.

3 O MARCO NEOLIBERAL E A CONTRACORRENTE KEYNESIANA

A escalada dos BRICS à importância de 25% do PIB global em 2010 foi acompanhada, na última década, de um comportamento diverso daquele encontrado nas potências tradicionais do continente europeu. Nesse capítulo nos dedicaremos a discutir dois posicionamentos antagônicos em política econômica que ajudaram a criar novo contexto para o SFI no primeiro decênio do século XXI.

Inicialmente apresentarei a tese Neoliberal e seus principais precursores, denunciando como suas premissas econômicas se alinharam com a postura dos países pertencentes à União Europeia (UE). Em sequência enunciaremos a tese Keynesiana, porém indicando o encontro de seus preceitos ideológicos com a maneira que os BRICS têm desenvolvido seu pensamento econômico. Dessa maneira tentaremos discutir melhor acerca das contribuições Neoliberais para o colapso financeiro da UE, e, o recente gozo econômico calçado em articulações Keynesianas adotadas pelos BRICS.

3. 1 Neoliberalismo: teoria e prática econômica

As bases do Neoliberalismo têm suas raízes no período pós-Segunda Guerra, especificamente nas palavras do economista Friedrich August Von Hayek. O economista austríaco não poupou esforços ao construir um ideário que buscasse revitalizar o capitalismo europeu fragilizado após a grande guerra. Hayek se posicionou contra qualquer figura que ameaçasse a liberdade do mercado de autorregular-se. Foi ferrenho crítico da intervenção estatal na economia, argumentando que a social-democracia² inglesa arrastaria o capitalismo para um colapso sem precedentes.

O episódio mais conhecido relacionado com as origens do neoliberalismo é o da formação nos anos 1950, em Mont Pelerin, na Suíça, sob a liderança de Friedrich Hayek, do grupo de grandes intelectuais liberais entre os quais estava também Karl Popper, Ludwig von Mises e Milton Friedman. Esse capítulo, entretanto, é apenas precursor do neoliberalismo; não é o próprio neoliberalismo porque os participantes do grupo eram realmente grandes intelectuais liberais que lutavam contra o comunismo – lutavam, portanto, contra uma ideologia e um movimento político que pretendia substituir o capitalismo pelo socialismo, o mercado pelo planejamento. (BRESSER-PEREIRA. 2009 p. 15).

O neoliberalismo nasceu logo depois da II Guerra Mundial, na região da Europa e da América do Norte onde imperava o capitalismo. Foi uma reação teórica e política veemente contra o Estado intervencionista e de bem-estar. Seu texto de origem é O Caminho da Servidão, de Friedrich Hayek, escrito já em 1944. Trata-se de um ataque apaixonado contra qualquer limitação dos mecanismos de mercado por parte do Estado, denunciadas como uma ameaça letal à liberdade, não somente econômica, mas também política. (ANDERSON. 1995, p. 1).

O Welfare State, ou, Estado de bem-estar social, foi uma das vítimas dos dogmas neoliberais, os quais não concordavam com uma sociedade em que prevalecesse o igualitarismo, sendo ele inimigo íntimo da livre concorrência e dinamização do capital.

Hayek e seus companheiros argumentavam que o novo igualitarismo (muito relativo, bem entendido) deste período, promovido pelo Estado de bem-estar, destruía a liberdade dos cidadãos e a vitalidade da concorrência, da qual dependia a prosperidade de todos. Desafiando o consenso oficial da época, eles argumentavam que a desigualdade era um valor positivo – na realidade

² Socialdemocracia é a forma ideológica correspondente ao estágio de desenvolvimento predominantemente intensivo. Sua base material é o nível de reprodução da força de trabalho consideravelmente mais elevado que no estágio extensivo, necessário ao estágio de desenvolvimento intensivo e assegurado pelo Estado de bem-estar. (USP, 2002).

imprescindível em si –, pois disso precisavam as sociedades ocidentais. (ANDERSON. 1995, p. 9).

A primeira grande crise após os Acordos de Bretton Woods, em 1973, criou gás para que a receita neoliberal recebesse melhor acolhimento em foros de discussão. Uma elite burguesa, composta por banqueiros e empresários não mesuraria esforços para evitar que mais uma vez o capitalismo desmoronasse como ocorrera em 1930. Intelectuais neoliberais, que em sua maioria eram grandes banqueiros, aproveitaram-se da oportunidade para criticar acidamente as organizações sindicais. Para eles, a autonomia que o setor operário estava gozando, pressionando os estados para aumentos salariais e tomada de medidas de cunho social, era análoga a uma parasitose e quem mais sentia os efeitos era o mercado desvanecido.

A chegada da grande crise do modelo econômico do pós-guerra, em 1973, quando todo o mundo capitalista avançado caiu numa longa e profunda recessão, combinando, pela primeira vez, baixas taxas de crescimento com altas taxas de inflação, mudou tudo. A partir daí as ideias neoliberais passaram a ganhar terreno. As raízes da crise, afirmavam Hayek e seus companheiros, estavam localizadas no poder excessivo e nefasto dos sindicatos e, de maneira mais geral, do movimento operário, que havia corroído as bases de acumulação capitalista com suas pressões reivindicativas sobre os salários e com sua pressão parasitária para que o Estado aumentasse cada vez mais os gastos sociais. (ANDERSON, 1995, p. 1).

Duas eram as principais notas neoliberais acerca de uma reforma econômica que o estado deveria realizar. A primeira diz respeito aos gastos sociais, o Estado de bem-estar social deveria ser evitado, e a segunda refere-se à manutenção de uma parcela natural de desempregados na sociedade. Buscava-se dessa maneira um desvio de capital da sociedade para o mercado, a estabilidade e acumulação monetária seria assim o objetivo máximo do estado.

A estabilidade monetária deveria ser a meta suprema de qualquer governo. Para isso seria necessária uma disciplina orçamentária, com a contenção dos gastos com bem-estar, e a restauração da taxa "natural" de desemprego, ou seja, a criação de um exército de reserva de trabalho para quebrar os sindicatos. Ademais, reformas fiscais eram imprescindíveis, para incentivar os agentes econômicos. Em outras palavras, isso significava reduções de impostos sobre os rendimentos mais altos e sobre as rendas. (ANDERSON. 1995, p. 1).

A tese neoliberal reforçava sua acepção pelo Estado Mínimo, compreendido como aquele que garante a ordem dentro de sua nação, reservando-se a prover segurança e corpo

político. Ao estado dotado de tal caracterização não cabia intervir na economia ou conceder muitos benefícios sociais. O advento do Estado Mínimo colaborava também para o fortalecimento das Instituições Financeiras Internacionais (IFIs) neoliberais criadas em Bretton Woods, uma vez que o poder retirado era naturalmente transferido a algum órgão. Reparemos: a ideologia neoliberal prega o dismantelamento das regulações produzidas pelos Estados nacionais, mas acaba transferindo essas regulações para uma esfera maior: as organizações multilaterais como o Banco Mundial e o FMI, dominadas pelos governos e banqueiros dos países capitalistas centrais.

Para o neoliberalismo o Estado deveria se tornar “mínimo”, e isso significava pelo menos quatro coisas: primeiro, que deixasse de se encarregar da produção de determinados bens básicos relacionados com a infraestrutura econômica; segundo, que desmontasse o Estado social, ou seja, todo o sistema de proteção social por meio do qual as sociedades modernas buscam corrigir a cegueira do mercado em relação à justiça social; terceiro, que deixasse de induzir o investimento produtivo e o desenvolvimento tecnológico e científico, ou seja, de liderar uma estratégia nacional de desenvolvimento; e, quarto, que deixasse de regular os mercados e principalmente os mercados financeiros porque seriam autorregulados. (BRESSER-PEREIRA. 2009, p. 8).

A social-democracia, ideologia política que buscava um socialismo democrático visando combater injustiças sociais inerentes ao capitalismo, foi duramente castigada pelo neoliberalismo durante todo o século XX. O neoliberalismo tomou a social-democracia como seu oponente central, e, em países de capitalismo avançado, provocou uma hostilidade recíproca. Depois, os governos social-democratas se mostraram os mais resolutos em aplicar políticas neoliberais (ANDERSON, 1995).

Com a adesão de Margareth Thatcher, na Inglaterra, aos preceitos neoliberais nos anos 1980, posturas Keynesianas passaram a ser subjugadas nas potências tradicionais.

Na Inglaterra, foi eleito o governo Thatcher, o primeiro regime de um país de capitalismo avançado publicamente empenhado em pôr em prática o programa neoliberal. Um ano depois, em 1980, Reagan chegou à presidência dos Estados Unidos. Em 1982, Kohl derrotou o regime social liberal de Helmut Schmidt, na Alemanha. Em 1983, a Dinamarca, Estado modelo do bem-estar escandinavo, caiu sob o controle de uma coalizão clara de direita, o governo de Schluter. Em seguida, quase todos os países do norte da Europa ocidental, com exceção da Suécia e da Áustria, também viraram à direita. (ANDERSON. 1995, p. 2).

Em um efeito em cadeia, quase que a totalidade da Europa ocidental, e, posteriormente, Estados Unidos e países sua zona de influência como o Japão, Canadá e Austrália, também

aderiram aos aconselhamentos dos neoliberais. Esse grupo de países buscava a revitalização do capitalismo pós-crisis econômicas em um sistema financeiro confuso, já que o Sistema Bretton Woods acabara de encerrar-se.

O neoliberalismo passa a ser, então, de fato colocado em prática, de forma mais consistente, hegemônica e organizada, em políticas macroeconômicas implementadas inicialmente na Grã-Bretanha (a partir de 1979) e nos EUA (a partir de 1980), posteriormente se espalhando pelos mais diversos países do mundo, inclusive a França de Mitterrand, que adotou medidas de política econômica crescentemente liberalizantes, entre 1982 e 1984, depois de uma fracassada tentativa de adotar medidas heterodoxas logo no início do governo (Gourevitch, 1986). (apud MATTOS, 2009, p. 54-55).

A própria ampliação da União Europeia ao final do século XX realizou-se sobre alicerces neoliberais. Com intuito de alargar seu mercado consumidor, a união monetária e o agregar de estados ao leste do continente foi um grande passo para consolidar o neoliberalismo naquela região.

A adesão desses países à Zona Euro durante os anos 2000 também beneficiou da simpatia popular por ter sido acompanhada por um aumento do consumo, obviamente suportado pelo crédito. Quanto aos países do ex-bloco de Leste, sucedeu um fenômeno semelhante: empenhamento na estabilidade democrática, expectativa de transferência de verbas, possibilidade de circular dentro da União, que é como quem diz procurar trabalho mais remunerador a oeste e acesso ao crédito financeiro para consumo. (TOUSSAINT, 2011).

O alargamento do mercado e a integração econômica foram evidentes nos primeiros anos, a livre circulação de pessoas e um dinamismo no mercado foi sentido por conta da criação de um mercado móvel e flexível, atendendo às mais diversas demandas de um continente tão plural.

A entrada em funcionamento da zona euro foi acompanhada, desde o seu início, de outras políticas neoliberais, com destaque para a Estratégia de Lisboa, aprovada em 2000 e, presentemente, pela chamada Estratégia 2020, que pretende alargar e intensificar as orientações neoliberais também para a área da política externa, designadamente no comércio externo. Com base nessas estratégias políticas, foram sendo aprovadas diretivas e regulamentos que promoveram a desregulamentação do mercado financeiro, a privatização de setores estratégicos da economia na generalidade dos Estados-Membros, incluindo na área dos serviços, a promoção dos chamados acordos de comércio livre no plano internacional e a flexibilidade laboral. (FIGUEIREDO, 2014).

Todavia, entre os anos 2008-2010, houve um retrocesso nas relações sobre como os países da UE se tratavam, principalmente motivado pela Crise da Dívida Pública. Passou a ser reafirmado o caráter de centro preconizado pelos países de economia tradicional (Inglaterra, Alemanha e França), que encaravam o leste e as nações do sul como periferia. Tal configuração, entretanto, não é nova, desde a agregação dos novos estados, a UE detinha interesse em manter uma elite centralizada e uma periferia local. Seus antecedentes estão na revisão do Tratado de Maastricht (1992) pelo Tratado de Lisboa (2007), acordo que firmara uma espécie de semi-colonialismo dentro da própria União Europeia. Com o estourar da crise em 2008-2010, os cidadãos da “periferia” europeia, que já sofriam preconceito em épocas de esplendor, passaram a sofrer cada vez mais diferenciação dentro do bloco.

Desde os anos 2000, as verbas transferidas dos países mais ricos para as economias dos novos membros foram reduzidas a uma ninharia e certos sectores produtivos, designadamente no domínio agrícola, foram muito duramente afetados pela concorrência do agrobusiness da parte ocidental da Europa, muito mais industrializada e competitiva. Os anos 2008-2010 constituem um ponto de viragem na percepção que os povos europeus têm da União Europeia. Aos olhos de largos sectores da população esta visão ganha um caráter negativo. As medidas neoliberais impostas pela Comissão Europeia em nome da promoção da famosa «concorrência livre e não falseada», a partir de 2009-2010, combinam com a crise do euro e o forte impacto da crise econômica. (TOUSSAINT, 2011).

A UE de hoje não consegue mais suportar o peso de ser neoliberal. Alta concessão de crédito e desregulação econômica aliada ao câmbio flutuante corroboraram para alargar discrepâncias entre centro e periferia. Além disso, a forte interdependência de mercados desenvolvida nos últimos vinte anos dificulta tentativas de planos de recuperação mais eficientes. Basta observarmos o preconceito que está sendo direcionado ao governo francês por anunciar pacotes de medidas austeras.

A relação hierárquica que existe ao nível mundial, com um Centro constituído pelos EUA, a União Europeia e o Japão (a Tríade) e uma Periferia formada pelos países ditos «em desenvolvimento» teve uma réplica no seio dos 27 países da União Europeia. O Centro é constituído pelos países mais poderosos, a começar pela Alemanha e a França, a que se deve acrescentar o Reino Unido, a Itália e o antigo Benelux (Holanda, Bélgica e Luxemburgo). A periferia submetida ao ditame deste Centro hegemónico é constituída principalmente pelos países do sul e leste da Europa, além da Irlanda a oeste. Ao nível mais restrito dos países da Eurozona, o mesmo fenómeno deu origem, a partir do momento em que certos países deram a conhecer as suas dificuldades, ao acrónimo inglês PIGS (Portugal, Irlanda, Grécia e Espanha), acerca do qual circularam os mais escandalosos jogos de palavras racistas. (TOUSSAINT, 2011).

A crise da dívida pública na UE encontra impasses em sua recuperação, sendo uma delas o próprio Estado Mínimo. A recusa dos países ricos em prestar socorro aos países mais afetados pela crise contribui ainda mais para que a inflação e o desemprego alcancem taxas mais altas. A quase exclusão da Grécia do bloco no auge da crise em 2010 denuncia o quão severo é o sistema neoliberal para com seus integrantes quando esses não atendem suas expectativas.

De maneira geral, o endividamento dos países da Periferia deve essencialmente ao comportamento do sector privado no quadro da União Europeia. Incapazes de rivalizarem com o Centro, os sectores privados endividaram-se junto dos bancos do Centro, mas também junto de agentes internos; a economia dos países periféricos tornou-se maioritariamente financiada após a adopção do euro. O consumo teve nesses países um boom e nalguns deles (Espanha, Irlanda, Hungria, Roménia, Bulgária) desenvolveu-se uma bolha imobiliária que acabou por rebentar. (TOUSSAINT, 2011).

O Neoliberalismo não foi capaz de produzir uma recuperação do capitalismo como bem se queria. Tampouco criou um mercado autorregulador que fosse independente do estado. Os êxitos alcançados pelo sistema neoliberal são aqueles que se assentam sobre a existência de classes desiguais e serviço público sucateado. Não bastasse isso, o sistema respingou em todo o mundo emergente através da interdependência econômica que a globalização do capital gerou no pós-Bretton Woods.

Economicamente, o neoliberalismo fracassou, não conseguindo nenhuma revitalização básica do capitalismo avançado. Socialmente, ao contrário, o neoliberalismo conseguiu muitos dos seus objetivos, criando sociedades marcadamente mais desiguais, embora não tão desestatizadas como queria. Política e ideologicamente, todavia, o neoliberalismo alcançou êxito num grau com o qual seus fundadores provavelmente jamais sonham, disseminando a simples ideia de que não há alternativas para os seus princípios, que todos, seja confessando ou negando, têm de adaptar-se a suas normas. Provavelmente nenhuma sabedoria convencional conseguiu um predomínio tão abrangente desde o início do século como o neoliberal hoje. Este fenômeno chama-se hegemonia. (ANDERSON. 1995, p. 7).

Os países emergentes se viram encurralados, pois mesmo que não aderissem ao sistema em suas políticas domésticas, sua dependência de comércio com o mundo desenvolvido seria responsável para que os valores neoliberais fossem gradualmente agregados por suas sociedades.

Grandes emergentes como Brasil e Rússia presenciaram na década de 90 experiências neoliberais, hoje recordadas pela evidente supressão que valores nacionais sofreram diante dos interesses econômicos de potências tradicionais.

A política deixou de cultivar projetos ambiciosos de transformação social e de tutelar a economia para conter o ímpeto desagregador do mercado. A esfera pública foi sistematicamente esvaziada, aprofundando-se a submissão da sociedade civil, do sistema político e do Estado aos interesses dos mercados globais desregulados. O período é marcado pelo esgotamento do movimento social que lutou contra a ditadura. A crise do mercado de trabalho pôs os sindicatos na defensiva e minou a crescente organização da classe trabalhadora, que se ampliava desde o final dos anos de 1970. (FAGNANI, 2013).

3. 2 A contribuição Keynesiana para o novo estado desenvolvimentista

O início do século do XXI nas principais economias emergentes foi marcado por constante discussão acerca de uma via alternativa ao neoliberalismo, que já havia provado ser incapaz de permanecer aplicado naqueles estados. O pedido da sociedade pelo Estado de bem-estar, pelo emprego pleno, pelo controle a inflação e melhora do serviço público, colaborou para o afastamento do neoliberalismo no polo emergente.

É nesse contexto que dedicaremos agora um espaço para comentar como políticas macroeconômicas, alicerçadas sobre teses keynesianas, tiveram importante papel na magnificência econômica experimentada por estados emergentes na primeira década do século XXI.

O legado de um país neoliberalista pôde ter sido interpretado ao final da década de 1990 como inflação descontrolada, moedas nacionais desvalorizadas, alta no desemprego, e, notável dependência do FMI. A emergência por novos caminhos traduziu-se no socorro prestado pelo Estado às suas economias, uma investida necessária quando o mercado provou a incapacidade de se autorregular através da mão-invisível.

John Maynard Keynes, economista britânico, era defensor do Estado intervencionista, para ele o envolvimento do Estado na economia nacional era uma necessidade clara, uma vez evidente que o mercado era incapaz de compreender as necessidades econômicas de uma nação. Keynes argumentava que o jogo de interesses entre grandes empresários e banqueiros, os detentores do capital, oferecia grande risco para que o mercado se tornasse um cassino global.

O Keynesianismo na prática não conseguiu se sustentar no século XX, sua derrocada ocorreu logo após a crise financeira que assolou o mundo capitalista na década de 1970. A consequente adoção de políticas Neoliberais também não rendeu êxito aos países emergentes, é nesse sentido que no início do século XXI novas rotas políticas são delineadas por um grupo seleto de Estados.

A novidade do “novo modelo” é que os novos governos de esquerda, procurando não repetir a ineficiência das 100% estatais do passado, agora preferem apenas manter participações minoritárias em tais empresas, deixando a administração aos especialistas da iniciativa privada. Com isso, as novas “estatais” juntariam o melhor dos dois mundos que se digladiaram na última década: a eficiência da administração do livre mercado e a “mão visível” do estado nas decisões das empresas. (AQUINO, 2012).

Os Estados que hoje são denominados BRICS iniciaram o novo século reorientando suas economias para reparar danos causados por experiências liberalizantes. As potências em ascensão notadamente se diferenciavam naqueles países que viviam em zonas de influência das políticas do Norte.

Diferentes de Japão, Coreia do Sul, Canadá, Austrália e os principais países europeus (em bloco ou individualmente), os BRICS não estão intimamente integrados em um sistema de alianças com os Estados Unidos. De modo geral, todos têm defendido concepções de ordem internacional que desafiam as do Ocidente liberal e desenvolvido. (HURRELL, 2009, p. 13).

Os Estados que hoje são denominados BRICS iniciaram o novo século reorientando suas economias para reparar danos causados por experiências liberalizantes, como exemplo, Vladimir Putin na Rússia e Luiz Inácio Lula da Silva no Brasil. Um novo modelo de empreendimento econômico deveria ser desenvolvido, uma vez que o Neoliberalismo e o Keynesianismo clássico estavam fora de cogitação.

O novo capitalismo de estado foi ainda mais reforçado com a chegada Putin ao poder na Rússia. Após a total desordem criada com a derrocada do comunismo, o governo russo restabeleceu sua participação nas empresas consideradas “estratégicas”, privatizadas a preço de banana no governo Yeltsin (na verdade, redistribuídas entre os ex-dirigentes comunistas). E com o boom da economia mundial nos anos 2000, as iniciativas de Putin foram ainda mais reforçadas. O Brasil aparece como um exemplo light da tendência, pois sua participação na formação dos chamados “campeões nacionais” tem sido feita de forma indireta via empréstimos do BNDES e fundos de pensão. (AQUINO, 2012).

O que foi chamado Capitalismo de Estado ou Novo Desenvolvimentismo, por economistas que se dedicaram a estudar aquelas economias, pode ser sintetizado como uma soma do estado interventor de Keynes e o empreendimento capitalista do setor privado. O estado estaria presente em ambientes estratégicos da economia, administrando a tomada de decisões e também viabilizando a execução de projetos audaciosos através de incentivos fiscais.

Tomemos, por exemplo, o caso da China e da Rússia. Os dois países escolheram vias distintas de abandono do socialismo real. Enquanto a Rússia optou por uma saída dramática e radical, a China produziu um processo de modificação gradual e acomodada no qual o Estado ainda aparece como ator econômico fundamental. O resultado foi a “gangsterização” da economia russa à época de Ieltsin e o crescimento exponencial da China, assim como a transformação recente de parte da sociedade chinesa em nova fronteira de

mercados consumidores. A Rússia só voltou ao cenário econômico mundial quando abandonou suas reformas liberais, retomou as empresas chaves na mão do estado (vide o caso Gazprom) e reconstituiu uma “economia de comando” baseada na exportação de energia (gaz, petróleo). Os dois casos são apenas demonstração de uma equação clássica: um capitalismo de estado baseado na associação entre estrutura estatal e interesse de grandes empresas sempre aparece na base da formação de economias nacionais. O caso do Brasil não foge muito à regra. Suas grandes empresas com capacidade de concorrência mundial são, em larga medida, estatais (Petrobrás) ou antigas estatais que nunca se comporiam sem o aporte fundamental do Estado (Embraer, Vale do Rio Doce). (SAFATLE. 2009, p. 39-40).

O Capitalismo de Estado não chegou a ser compreendido como uma teoria, mas como um comportamento. A postura heterodoxa encontrada naqueles países, tais quais em Brasil e Rússia, buscava desempenhos econômicos que pudessem sustentar a manutenção da inflação a um nível apreciável, proximidade do pleno emprego, alargamento da classe média, e quitação das dívidas externas. Enfim, almejava-se a estabilidade econômica e social.

O alinhamento de políticas macroeconômicas com bases keynesianas e o empreendedorismo privado aplicado aos mercados emergentes foram responsáveis por franco crescimento dos BRICS. Não se viu outro agrupamento de países que crescia economicamente como aqueles quatro países no primeiro decênio do século XXI.

Há um dado a mais que foi até agora pouco explorado e que deveria ser objeto de uma reflexão mais profunda. Para além do fato de serem grandes países com grandes populações e desenvolvimento econômico retardatário, Brasil, Rússia, Índia e China têm ao menos uma característica fundamental em comum: todos eles se afastaram de reformas classicamente liberais marcadas pela abertura global de mercados e pelo dismantelamento do papel regulador do Estado no interior da economia. Contrariamente aos antigos Tigres Asiáticos, nenhum destes países adotou ou permaneceu no que se convencionou chamar de “Consenso de Washington”. Isto talvez indique como estes quatro países parecem querer reeditar uma versão peculiar do que podemos entender por “capitalismo de estado”. (SAFATLE. 2009, p. 37).

O crescimento econômico experimentado por aqueles países lhes rendeu não só o alcance das metas já objetivadas, mas também despertou o interesse de economistas das potências clássicas. Passaram a atrair olhares otimistas para seus territórios, fator que contribuiu para que grande aporte em investimento lhes fosse direcionado. Basta observarmos os investimentos externos no grupo.

Pela primeira vez os países do Brics - Brasil, China, Rússia, Índia e África do Sul - receberam 20% do fluxo total de Investimento Estrangeiro Direto (IED) em 2012, confirmando a que ponto são atrativos, revelam dados

preliminares da Agência das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento (Unctad). Em 2011, esse percentual era de 18%; em 2000, de 6%. (MOREIRA, 2013).

BRICs recebem investimento estrangeiro

Evolução do fluxo de Investimento Direto Estrangeiro (em bilhões de dólares)

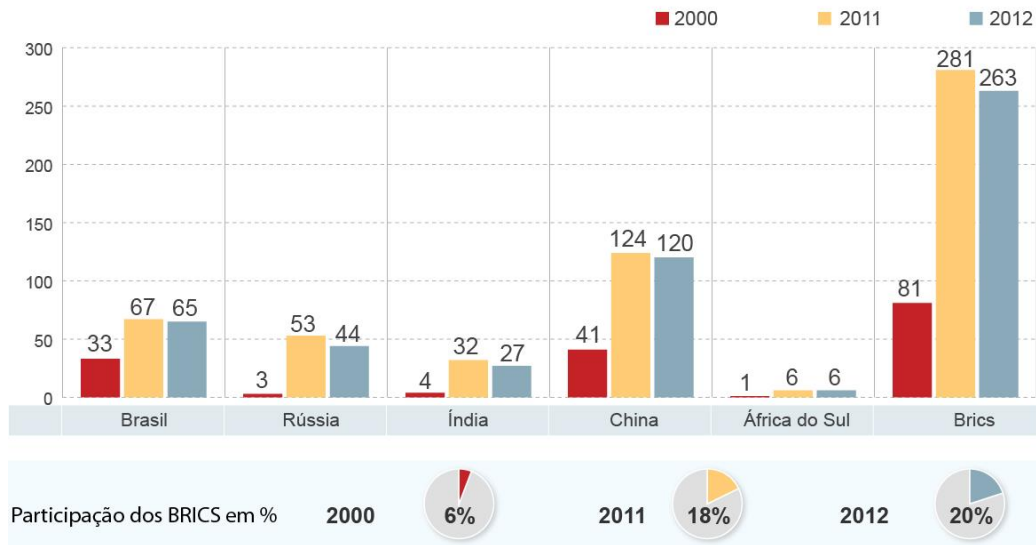


Gráfico 2 – Fluxo de Investimento Externo Direto nos países que compõem os BRICS. (MOREIRA, 2013).

Concomitante ao crescimento dos BRICS foi a freada no crescimento econômico na EU como denotado no início do capítulo. A recessão enfrentada pelo bloco europeu foi sentida inclusive nas economias emergentes que em 2009 apresentaram significativo retardar no PIB.

Com a intensificação da crise a partir de 2008, vivemos o agravamento da situação financeira, econômica e social, sobretudo nos países da União Europeia de economias mais frágeis, que ficaram mais sujeitos aos crescentes ataques especulativos às suas dívidas soberanas. A incapacidade e falta de vontade política para enfrentar de forma decisiva a especulação financeira, evitando o agravamento da situação, impediram a tomada de medidas de fundo que pusessem cobro à liberdade de funcionamento dos mercados financeiros, mesmo que não acabassem com o sistema econômico e político que lhe está na base, o capitalismo. (FIGUEIREDO, 2012).

A recuperação econômica demonstrada pelos BRICS e a recessão enfrente pela UE gerou uma série de discussões acerca do papel delegado àquelas quatro economias tidas como emergentes no cenário internacional. A crise dívida pública da Europa motivou debates em torno da confiança depositada na economia daqueles países; e mais, foi questionada a posição

desigual no que tange a representação em instituições financeiras, quando se comparavam potências tradicionais da Europa e potências emergentes.

Os quatro países BRIC passaram pela crise com fundamentos macro bastante fortes - posições favoráveis no balanço de pagamentos e solidez fiscal (Nanto 2009, p. 51). Brasil e China em especial se beneficiaram com os baixos passivos dolarizados, baixa dívida fiscal e privada, bem como um bom balanço no setor de serviços financeiros. (HUOTARI; HANEMANN. 2013, p. 37).

O próximo capítulo abordará um estudo de caso que busca elucidar interpretações sobre o contexto ilustrado no parágrafo acima.

4 A SUBREPRESENTAÇÃO DOS BRICS NO FMI

O presente capítulo foi escrito com o intuito de propiciar uma discussão em torno da aclamada representatividade que os BRICS buscam nas Instituições Financeiras Internacionais, em particular o FMI. Foi necessária a passagem pelas Cúpulas dos Chefes de Estado do G-20 para que se entendesse como as mudanças no Sistema Financeiro Internacional operaram na elevação da importância dos BRICS no cenário internacional. Também fiz passagem pelas Cúpulas de Chefe de Estado dos BRICS, para que pudéssemos pelo menos ter conhecimento de sua dinâmica intrabloco. Durante a releitura das Cúpulas do G-20 e dos BRICS inseri gradualmente a germinação do problema de sua sub-representação.

4. 1 BRICS: do nascimento à sua inserção como grupo atuante na economia internacional

O ano é 2001 e o *Global Economics Paper* de número 66 do grupo Goldman Sachs³ é publicado sob autoria de Jim O'Neill. O economista-chefe do escritório de Londres buscando mapear os melhores investimentos estrangeiros ao longo dos próximos dez anos, conseguiu delinear dessa maneira o crescimento acelerado da economia de quatro países, Brasil, Rússia, Índia e China, nos anos subsequentes. O avanço da globalização tecnológica que facilitava o networking capitalista, aliado ao entusiasmo pioneiro e a vontade de crescer desses países os colocou sob o sagaz olhar do economista.

Baseado na minha análise do PIB mundial, escrevi que quatro países – Brasil, Rússia, Índia e China – que então controlavam 8% do PIB do mundo, veriam sua participação na economia mundial crescer significativamente na década seguinte. Já percebia que o PIB da China era maior que o da Itália, a qual já era um membro consolidado do G-7, o grupo das superpotências econômicas, e na década seguinte acabaria por ultrapassar outros membros do G-7. Nos dez anos seguintes, previ que o peso dos BRICs – especialmente o da China – no PIB mundial cresceria de forma significativa. O mundo teria que prestar atenção nisso. (O'NEILL. 2012, p. 14).

Tal crescimento seria responsável pelo aumento significativo do comércio global e do PIB mundial. Para O'Neill surgiria necessidade de em pouco tempo se reorganizar os principais fóruns internacionais, como o G-7⁴, e a partir disso incorporar os representantes do BRIC. Tais países passaram a receber a denominação de Mercados em Crescimento (*Growth Markets*) ao invés de economias emergentes.

³ O *Goldman Sachs Group Inc.* é um grupo líder em investimentos bancários, seguros e gestão de investimentos empresariais que oferece uma ampla gama de serviços financeiros a uma base de clientes substanciais e diversificados, que incluem corporações, instituições financeiras, governos e pessoas de alto patrimônio financeiro. Fundada em 1868, a empresa está sediada em Nova York e mantém escritórios em todos os principais centros financeiros do mundo. (GOLDMAN SACHS GROUP INC. 2014).

⁴ Grupo não formalizado institucionalmente criado em 1975 consistido pelos sete países mais ricos do planeta: França, Alemanha Ocidental, Itália, Japão, Reino Unido e Estados Unidos, sendo adicionado no ano seguinte o Canadá. Juntos representam 66% da riqueza mundial. O grupo se reúne regularmente desde então para discutir pontos chave relacionados à estabilidade da economia global. No ano de 2013 a Presidência do G-7 passou às mãos do Ministro das Finanças da Inglaterra. (GOV.UK. 2013).

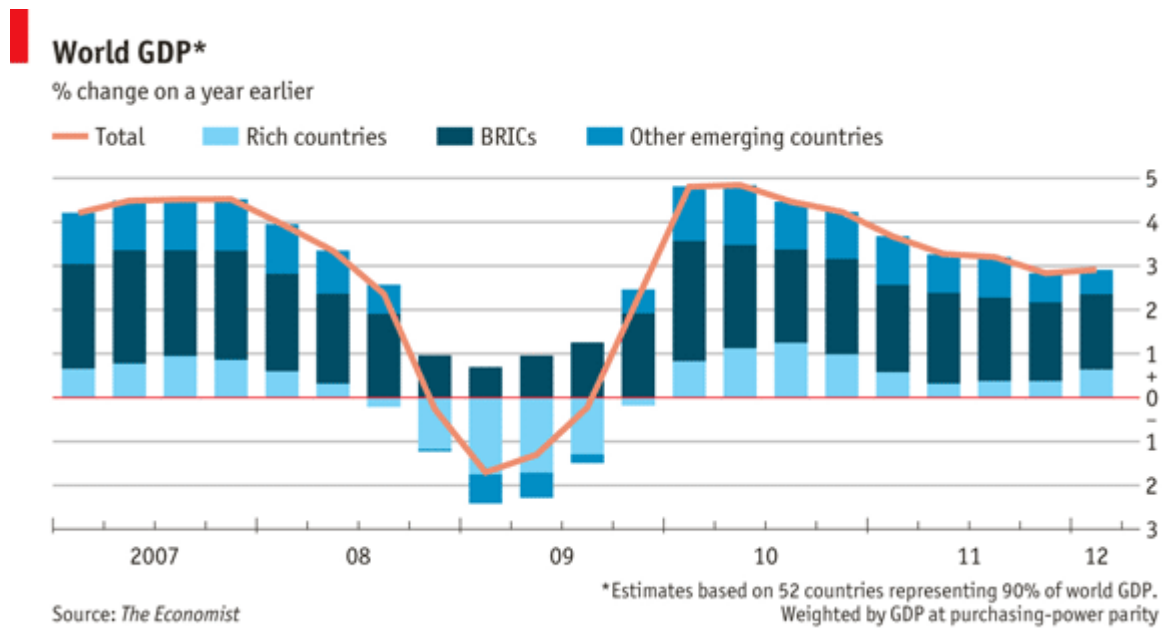


Gráfico 3 – Crescimento do PIB mundial. (ECONOMIST, 2012).

A escolha de Brasil, Rússia, Índia e em especial a China para a composição do acrônimo deu primazia ao crescimento econômico expressivo e a vontade de protagonismo político que existe em todos os quatro Estados. Além disso, a população ampla de todos os quatro e vasto espaço territorial também foram fatores que delimitaram tal escolha.

(...) Todos parecem dispor de recursos de poder militar, político e econômico; alguma capacidade de contribuir para a gestão da ordem internacional em termos regionais ou globais, além de algum grau de coesão interna e capacidade de ação estatal efetiva. (HURRELL. 2009, p. 10).

O artigo de Jim O'Neill foi recebido com grande energia pela mídia mundial e calor pelos Estados analisados. A comoção foi tamanha que após a publicação do artigo em questão o economista recebeu inúmeros convites para analisar economias que de caráter dúbio, como a italiana por exemplo.

A atividade de estudar aqueles quatro países se tornou exercício costumeiro de muitos economistas do setor público e empresarial, além de acadêmicos e setor midiático nos anos seguintes; impulsionando o que viria se tornar o mais comentado agrupamento interestatal do novo século. Entre 2003 e 2007 o crescimento do PIB do BRIC representou 65% da fatia mundial. Motivação para que acontecesse em 2006 uma Reunião de Chanceleres dos quatro países para oficializar uma agenda de política externa cooperativa entre si.

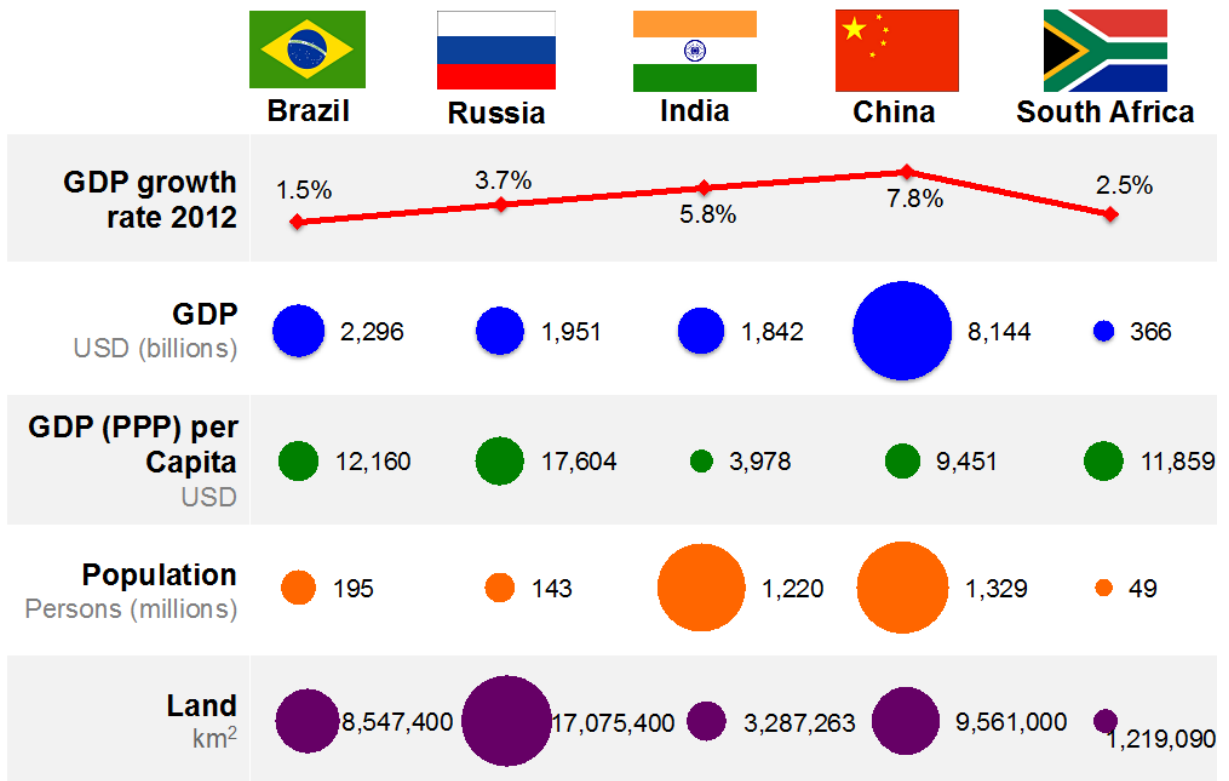


Gráfico 2 – Comparativo dos BRICS no que tange: crescimento do PIB em 2012, PIB, PIB per capita, população e território. (NATIONAL TREASURY, 2012).

O desempenho do BRIC durante a Grande Recessão⁵ catalisou a coalizão política necessária para que o grupo conseguisse definir projeções dentro de demandas e interesses comuns. A busca por maior representatividade em instituições internacionais que geralmente pontuavam a agenda dos países desenvolvidos viria a ser mister em fóruns importantes, como a Primeira Cúpula do G-20⁶ por exemplo.

Quando a crise de crédito eclodiu, em setembro de 2008, muitos previram que a história do BRIC teria chegado ao fim. Houve momentos em que me preocupei com isso também. Logo após o início da crise, os mercados acionários do BRIC caíram mais do que o dos seus primos desenvolvidos, e parecia que o comércio global ficaria com cicatrizes permanentes. Claro que esse medo se provou completamente infundado. De certa forma, foi naquela

⁵ Crise financeira internacional que se originou da falência de um dos principais bancos de investimentos norte-americanos, o Lehman Brothers. O efeito dominó levou à crise as grandes economias europeias e a recessão foi sentida em todo o mundo, em proporções variadas.

⁶ Agrupamento dos 20 países mais desenvolvidos economicamente do mundo. Criado em 1999 o G20 enfatiza sua missão de desenvolver a cooperação internacional a partir e ideias inovadoras com a finalidade de promover a prosperidade econômica global.

época que a tese do BRIC amadureceu. Ela resistiu aos sacolejos das fundações da economia mundial e emergiu de maneira mais robusta que nunca. (O'NEILL, 2012, p. 13).

Na cidade de Washington em 2008 os líderes das 20 economias mais ricas do planeta se reuniram para discutir como se livrariam da crise que assolou o mercado especulativo dos países desenvolvidos, e principalmente, como evitar que isso novamente acontecesse. O momento foi oportuno para que o BRIC, ainda sem África do Sul, se unisse em torno de um discurso que promovesse voz ativa das potências emergentes naquele fórum. A China em ocasião declarou que a culpa da crise não foi em razão da moeda de nenhum dos países emergentes ou subdesenvolvidos, mas sim da desregulamentação excessivamente liberalizante que era praticada pelas economias tradicionais. Ao analisarmos o crescimento do PIB dos países do mundo emergente e subdesenvolvido de 2008 para 2009 percebemos que a recessão embora tenha afetado também aquela região, sua recuperação foi rápida, em 2010 o BRIC viria apresentar novo recorde de crescimento, como ilustra o gráfico abaixo. Valendo-se de tais premissas que o BRIC lança seus anseios com relação às reformas das instituições internacionais.

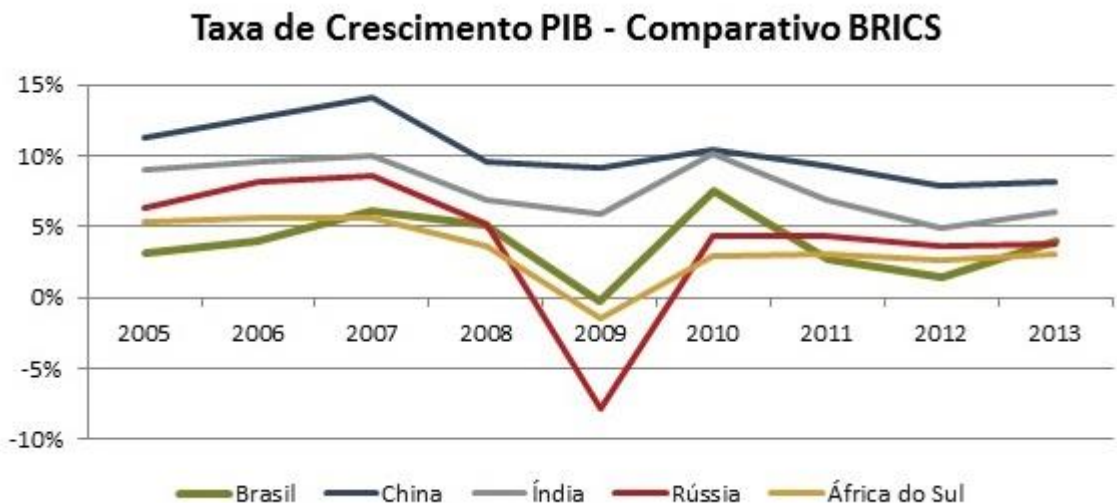


Gráfico 5 – Taxa de crescimento do PIB dos BRICS entre 2005 e junho de 2013 (PROSPECTIVA, 2012).

Os quatro países BRIC passaram pela crise com fundamentos macro bastante fortes - posições favoráveis no balanço de pagamentos e solidez fiscal (NANTO 2009, p. 51). Brasil e China em especial se beneficiaram com os baixos passivos dolarizados, baixa dívida fiscal e privada, bem como um

bom balanço no setor de serviços financeiros. (HUOTARI; HANEMANN. 2012, p. 37).

A declaração dos Chefes de Estado após o fórum demonstrou que os interesses com relação à urgência da resolução da crise eclipsaram os anseios do BRIC de alavancar sua participação no FMI e outras instituições financeiras. Na carta havia recomendações sobre a necessidade de vigilância do Sistema Financeiro Internacional, também se recomendou maior transparência com relação ao comércio exterior, houve críticas negativas ao protecionismo (maneira como os europeus e a Casa Branca enxergavam a política do BRIC); a carta pedia foco, sobretudo, na cooperação internacional objetivando a proteção da estabilidade econômica global. Em seu último momento a carta fez menção às reformas das Instituições Financeiras Internacionais para que o peso dos Estados emergentes e subdesenvolvidos dentro das mesmas fosse aumentado. Tais ponderações foram classificadas como medidas necessárias apenas a médio-prazo.

Estamos empenhados em fazer avançar a reforma das instituições de Bretton Woods, para que possam refletir mais adequadamente a mudança dos pesos econômicos na economia mundial a fim de aumentar a sua legitimidade e eficácia. Nesse sentido, as economias emergentes e em desenvolvimento, incluindo os países mais pobres, devem ter maior voz e representação. (UNIVERSITY OF TORONTO. 2008, tradução do autor).

A segunda reunião de Chefes de Estado do G-20 aconteceu em Londres no dia 2 de abril de 2009, sendo ainda tema principal da mesa a busca de soluções para os efeitos da crise que ainda assolavam o Sistema Financeiro Internacional.

As abordagens da cúpula seguiram os principais assuntos: Incentivos fiscais dos PIBs nacionais em suas economias; repúdio a paraísos fiscais que devem passar a seguir regras de transparência, já que para o G-20 a “era do sigilo bancário acabou”; redução do protecionismo comercial e financeiro através de medidas de liberalização comercial (podemos notar a constante defesa de seus ideais neoliberais); maior fiscalização de bancos e instituições financeiras já que a falta de regulamentação das mesmas foi tido como fator chave para o desencadear da crise.

A reforma de instituições financeiras, em especial sobre Banco Mundial e FMI, foi novamente colocada em pauta. Questionou-se sobre a convenção “informal” de que o diretor geral de tais instituições respectivamente deveria ser americano e europeu, foi recomendada a ampliação da participação ativa de economias emergentes nas instituições, além disso,

discutiu-se principalmente o aumento substancial dos recursos para empréstimo feito aos países mais pobres do planeta.

Para que as nossas instituições financeiras ajudarem a gerir a crise e evitar crises futuras, devemos reforçar a sua relevância a longo prazo, sua eficácia e legitimidade. Assim, juntamente com o aumento significativo dos recursos acordados, hoje estamos determinados a reformar e modernizar as instituições financeiras internacionais para assegurar que possam ajudar os membros e acionistas de forma eficaz nos novos desafios que enfrentam. Vamos reformar seus mandatos, escopo e governança para refletir as mudanças na economia mundial e os novos desafios da globalização, para que as economias emergentes e em desenvolvimento, incluindo os mais pobres, possam ter maior voz e representação. Isso deve ser acompanhado de medidas para aumentar a credibilidade e a responsabilidade das instituições através de melhor supervisão e estratégia. Para efeito: nos comprometemos a implementar o pacote de quota dos FMI e reformas de voz acordados em abril de 2008 e pedir ao FMI para completar a próxima revisão de cotas até janeiro de 2011; nós concordamos que os chefes e altos dirigentes das instituições financeiras internacionais devem ser nomeados através de um processo de seleção aberto, transparente e baseado no mérito; (UNIVERSITY OF TORONTO, 2009, tradução nossa).

Em suma após a segunda reunião chegou-se à conclusão de que para o avivamento da economia global seria necessário um grande pacote de investimento coletivo partindo de todo o G-20. A cifra de US\$ 1,1 trilhão de dólares foi o valor entendido como necessário para ser injetado no mercado internacional. Percebe-se sempre a tentativa de maximizar posturas neoliberalizantes, ao passo que críticas a política econômica do BRIC são mantidas e camufladamente descritas como atitude protecionista, sendo prejudicial ao mercado.

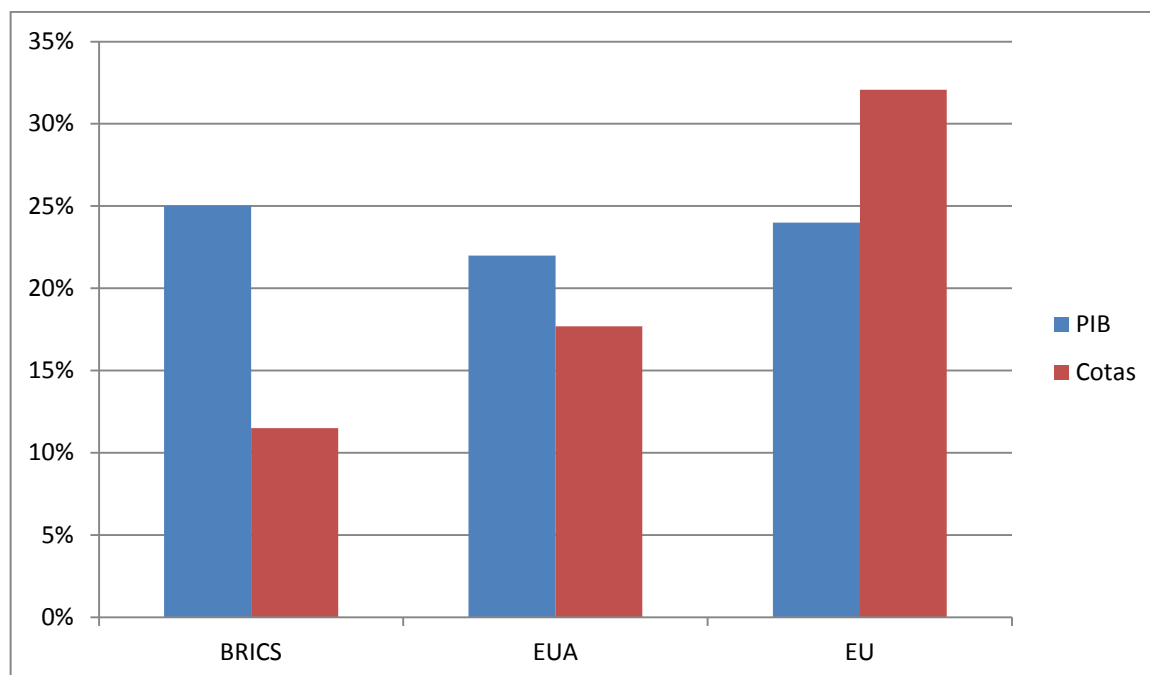


Gráfico 6 – Comparativo da parcela do PIB mundial e das Cotas no FMI de BRICS, EUA e EU (FMI).

O problema relacionado às cotas além de sua própria ratificação encontra obstáculos na definição das formulas que as definem. Existem divergências entre Estados Unidos e membros dentro da própria União Europeia. As diferenças entre potências emergentes também existem, embora em menor intensidade. Uma proposta de reforma da fórmula foi proposta em 2008, mas não recebeu aprovação dos Estados membros.

No final de 2008, a Diretoria Executiva aprovou uma ampla proposta de reforma. No cerne da nova fórmula aparece a variável PIB, que responde por 50% do cálculo. É uma mistura de 60% do PIB por taxas de câmbio do mercado e 40% do PIB por Paridade do Poder de Compra (PPP). As outras três variáveis da fórmula são abertura (30%), variabilidade (15%) e reservas estrangeiras (5%). Considerar o PIB PPP – primeira vez na história do FMI – favorece particularmente o países em desenvolvimento, onde o custo de via é muito mais baixo e o poder de compra é, portando, mais alto. (MILDNER; SILVA-GARBADE. 2009, p.64-65).

O BRIC mais uma vez reforçou sua posição com relação ao seu peso de voto nas decisões tomadas pelo FMI, fator que só seria mudado a partir da reforma de cotas. Embora a discussão sobre a temática tenha acontecido, uma revisão legítima sobre as cotas foi adiada para 2011, o que gerou insatisfação dos quatro países que saíram da cúpula com seus anseios anteriores desiludidos. Embora Brasil, Rússia, Índia e China tenham se comprometido em

gradualmente aumentar seus depósitos no FMI, tal aporte só seria injetado após a reforma de cotas.

Alinhar as cotas e as participações de voto com seu peso relativo e seu papel na economia mundial é essencial para restaurar a legitimidade do FMI. As cotas determinam o poder de voto dos membros do FMI e também as responsabilidades desses membros dentro do sistema do FMI. Especificam quanto um membro precisa contribuir com o FMI e quanto pode retirar no caso de uma crise financeira. (MILDNER; SILVA-GARBADE. 2009, p.63).

No mês de junho do mesmo ano os BRICS se reuniram pela primeira vez em uma Cúpula de Chefes de Estado. A primeira reunião, com sede em Ecaterimburgo (Rússia), versou principalmente sobre o problema da reestruturação da economia mundial e apontou com urgência uma reforma do sistema financeiro internacional, baseada na democracia, cooperação e transparência entre Estados. O alargamento da representação de países emergentes e em desenvolvimentos nas principais instituições internacionais também recebeu protagonismo nas discussões. Sem grande respaldo prático como, por exemplo, alguma resolução sobre a institucionalização formal do quarteto, a cúpula ocorreu de maneira a fortalecer a voz daqueles quatro países no próximo encontro do G-20.

Estamos comprometidos com a promoção da reforma das instituições financeiras internacionais, de modo a que reflitam as mudanças ocorridas na economia mundial. As economias emergentes e em desenvolvimento devem ter voz mais ativa e maior representatividade em instituições financeiras internacionais, e seus diretores e lideranças sênior deveriam ser designados por meio de um processo de seleção aberto, transparente e baseado no mérito. Também acreditamos que há forte necessidade de que seja criado um sistema monetário internacional estável, previsível e mais diversificado. (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, 2009).

A terceira cúpula dos Chefes de Estado do G-20 ocorreu em setembro de 2009, cidade de Pittsburgh, Estados Unidos. Com caráter de extensão da cúpula anterior, as discussões reafirmaram intenções já listadas anteriormente e louvaram alguns avanços na contenção da crise econômica mundial. Novamente falou-se acerca das reformas das Instituições Financeiras Internacionais e ressaltou-se mais uma vez a necessidade de ampliar a representação das potências emergentes nesse contexto. O BRIC foi a Pittsburgh contando com o aumento de 7% no que tange às cotas do FMI, porém saiu da reunião com uma promessa de apenas 5%, resolução vista com otimismo pelos seus chefes de estado.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que deu uma entrevista coletiva após a realização da cúpula, disse, no entanto, que não ter obtido a cifra almejada pelo grupo esteve longe de ser um revés para o bloco. De acordo com Lula, ao reivindicar 7% e obter 5%, os BRICs conseguiram “uma vitória extraordinária”. “Não é só a quantidade. É a demonstração de flexibilidade de governantes e instituições que achavam que não precisavam mexer em nada no mundo”, disse. (GARCEZ, 2009).

A cúpula termina com uma promessa de comprometimento entre os membros do G-20 de criarem um quadro de metas para um desenvolvimento forte, equilibrado e sustentável da economia global, desenvolvimento esse que deveria ser acompanhado através de um processo de supervisão mútua.

Estamos comprometidos com uma mudança no Fundo Monetário Internacional (FMI), fatias de quota para os mercados emergentes e países em desenvolvimento de pelo menos 5% dos mais-representados para os países sub-representados usando o atual fórmula de cotas como a base. Modernizar a governança do FMI é um elemento essencial do nosso esforço para melhorar a credibilidade da instituição, legitimidade e eficácia. Reconhecemos que o FMI deve continuar a ser uma organização baseada em quotas e que a distribuição de quotas deve refletir os pesos relativos de seus membros na economia mundial, que mudaram substancialmente em vista do forte crescimento nos mercados emergentes e países em desenvolvimento. Baseando-se nisso, e como parte da revisão das quotas do FMI, a ser concluída até janeiro de 2011, nós pedimos uma aceleração do trabalho para trazer a revisão a uma conclusão bem sucedida. Como parte de um pacote de reformas abrangente, concordamos que os chefes e líderes seniores de todas as instituições internacionais devem ser nomeados através de um processo aberto, transparente e baseado no mérito. Precisamos urgentemente implementar o pacote de quotas do FMI e reformas de voz acordados em abril de 2008. (UNIVERSITY OF TORONTO, 2009, tradução do autor).

O ano de 2010 foi de grandes anseios para Brasil, Rússia, Índia e China, que do ano anterior para esse tiveram aumento em seu PIB de 5,3%, 4,9%, 8,2% e 9,8% respectivamente. As atenções se voltaram para a 2ª Cúpula dos Chefes de Estado do BRIC, a ser realizada em abril daquele ano na cidade de Brasília. A resolução daquele encontro reuniu as diretrizes que seriam encabeçadas pelas quatro potências emergentes nas duas seguintes cúpulas do G-20 a serem realizadas mais tarde em 2010. O grupo congratulou o pró-ativismo do G-20 em se confirmar como principal órgão coordenador de questões que envolvem a economia e cooperação global. Durante o encontro foi exaltado o papel do G-20 na recuperação da crise financeira iniciada há dois anos, a cooperação entre potências tradicionais do G-7 e as

emergentes obteve protagonismo no avivamento do Sistema Financeiro Internacional. O BRIC parte da premissa cooperativista entre estados emergentes e desenvolvidos para que seja aberto espaço para a pauta das reformas das cotas de voto no FMI. A reforma de qualquer aspecto do FMI tem gerado clima de tensão entre BRIC, União Europeia e Estados Unidos, uma vez que além de haver diferenças entre seus pesos políticos e econômicos na economia global, ainda existe muita dificuldade em encontrar qualquer consenso acerca das diretrizes da reforma.

O problema torna-se ainda mais complexo pelo fato de que mudanças nos Estatutos do Fundo não apenas requerem o apoio da maioria dos membros do FMI, mas também a aprovação legislativa em muitos dos países membros. Como a reforma precisa respeitar os interesses de todos os membros do FMI, “um difícil compromisso mútuo é necessário, por parte de todos os membros do Fundo, admitiu o atual diretor-gerente, Dominique Strauss-Kahn. (MILDNER; SILVA-GARBADE. 2009, p. 62).

Foi sublinhado em Brasília o papel importante que os emergentes desempenharam na recuperação da crise, entretanto se denotou o clima de incerteza que ainda permeava naquele âmbito, utilizando-se desse trunfo da incerteza que o BRIC aponta novamente a categórica necessidade de se rearquitetar o sistema financeiro.

Nós nos esforçaremos para alcançar uma conclusão ambiciosa para as reformas em curso, e há muito esperadas, das instituições de Bretton Woods. O FMI e o Banco Mundial precisam urgentemente resolver seus déficits de legitimidade. Reformar as estruturas de governança dessas instituições requer, em primeiro lugar, uma mudança substancial no poder de voto, em favor das economias emergentes de mercado e dos países em desenvolvimento, de modo a adequar sua participação nos processos decisórios ao seu peso relativo na economia mundial. Conclamamos que a reforma no poder de voto no Banco Mundial seja realizada nas reuniões que se realizarão na próxima primavera, e esperamos que a reforma de cotas do FMI seja concluída na Cúpula do G-20, em novembro próximo. Também concordamos com a necessidade de um método de seleção aberto e baseado em mérito, independentemente da nacionalidade, para os cargos de chefia do FMI e do Banco Mundial. Além disso, o pessoal dessas instituições deve refletir melhor a diversidade de seus membros. Há uma especial necessidade de aumentar a participação dos países em desenvolvimento. A comunidade internacional deve apresentar um resultado digno da confiança que todos nós depositamos nessas instituições, dentro do prazo acordado, ou correr o risco de vê-las desaparecer por obsolescência. (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, 2010).

Os quatro países se despediram de sua 2ª Cúpula ansiosos e otimistas para a próxima cúpula do G-20, a agenda firmada entre eles parecia denotar maior solidez ao passo que seu esplendor econômico se manteria ao longo do ano.

Aos 26 dias de junho de 2010 na cidade de Toronto o G-20 se reunia pela primeira vez em uma cúpula que assumiria sua nova capacidade de fórum para cooperação econômica internacional. Trazia consigo três diretrizes elementares: reformar e fortalecer o sistema financeiro, criar um desenvolvimento econômico mundial forte, equilibrado e sustentável, e comprometer-se a evitar o comportamento protecionista. Foi naquela ocasião que se apresentou um “Quadro de Recomendações” organizado pelos Ministros do Trabalho e Emprego daqueles países. O FMI e o BM defendiam na época que se um caminho mais ambicioso em termos de reformas fosse tomado tais benefícios estariam à disposição: aumento da produtividade global em mais de 4 trilhões de dólares, mais de dez milhões empregos seriam criados, mais pessoas sairiam da linha de pobreza e os desequilíbrios globais seriam diminuídos ainda mais. O quadro visava assegurar uma reforma alicerçada em quatro pilares básicos: regulação, supervisão, resolução e transparência. Essa maior preocupação com o bem estar social, entretanto, foi compreendida em conjunto com a necessidade de se buscar novas políticas econômicas.

Em Toronto foi dado enfoque no reconhecimento da participação protagonista das Instituições Financeiras Internacionais na recuperação da crise de 2008 bem como sua atuação no sistema financeiro de modo geral; dessa maneira lembrou-se a necessidade de revisar de que maneira instituições como FMI e BM estavam gerindo suas investidas no SFI para legitimar melhor sua credibilidade e efetividade. “O FMI precisa, porém, descobrir missões adicionais se quiser voltar a ocupar sua antiga posição de instituição financeira altamente respeitada. Esta busca não será bem sucedida se o Fundo não abordar também a questão da legitimidade.” (MILDNER; SILVA-GARBADI. 2009).

Os Chefes de Estado em conjunto ressaltaram também que irão assegurar a ratificação das reformas de cotas do FMI, bem como o aumento do poder de voz e representatividade das potências emergentes até o próximo encontro em Seul. O Mérito e melhor habilidade como base para escolha dos líderes das IFIs (e não mais o senil costume de ser europeu ou norteamericano) é uma conduta que deverá ser aplicada e supervisionada a partir de então.

O BRIC findou a cúpula em clima otimista, ao passo que a maioria dos membros do grupo dos vinte ratificou os acordos relacionados às cotas; Seul seria o momento de consagração de uma nova etapa do SFI.

Atraindo olhares do mundo todo, de longe a cúpula realizada na capital sul-coreana foi a mais aclamada pela comunidade internacional e a mais aguardada pelos BRICS. Tal comoção foi motivada pela expressão midiática “Consenso de Seul”, alusão ao Consenso de Washington de 1989. Jornais do mundo todo publicavam ao mesmo tempo notícias tendenciosas dizendo que a Ordem Mundial seria reescrita através de acordos históricos naquele ano. Na verdade não foi exatamente isso que aconteceu.

Na 5ª Cúpula do G-20 realizada em Seul um “Plano de Ação” foi coordenado pelas economias mais fortes do globo. Assegurar um firme compromisso de cooperação, esboçar planos orientados para cada membro em conjunto com seus compromissos políticos e basear-se em crescimento forte, sustentável e equilibrado foram as três linhas principais suscitadas pelo Plano. Verdade é que o enfoque na reunião foi dado à busca de medidas para contenção de políticas unilaterais. A desvalorização excessiva de moedas para alavancar a exportação foi pauta polêmica na mesa.

A temática da reforma das cotas no FMI foi recebida com calor pelo BRIC e também pelas outras economias emergentes que estavam presentes no encontro. Pela primeira vez, desde a proposta de reforma das cotas em 2008, que o assunto seria debatido em torno de proposições práticas. Os Ministros das Finanças das maiores economias europeias chegaram a um consenso de que as economias emergentes necessitavam sim de melhora nas suas posições dentro FMI, isso se traduzia em reformar as cotas de empréstimo e assumir nova postura com relação à escolha dos governantes daquela instituição. Em termos exatos os BRICS aumentariam em 6% suas cotas, somando 14,18% (requer-se 15% para direito de veto). Das 24 cadeiras da Direção Executiva, duas seriam cedidas pela Europa a países emergentes. Ao falar do Brasil estamos levando em consideração o fato de que o país detinha 2,32% de cota no Fundo.

A reivindicação por reformas de órgãos como o FMI também foi uma conquista de Seul. Há muito se nota a perda de legitimidade de organismos cujo núcleo decisório não mais reflete a disposição de forças da realidade. Esse descompasso resulta em um processo de tomada de decisão muitas vezes nocivo a países por ele afetados e que nele não estão representados. O crescimento do peso relativo dos países emergentes na economia mundial, juntamente com sua nova posição no processo decisório quanto aos rumos da mesma, tornaram patente a necessidade de reforma de diversas organizações econômicas, como foi o caso do FMI. Este teve acordada em Seul a transferência de 6% de seu poder de voto a países em desenvolvimento. Essa conquista é mais uma evidência do exercício de soberania hoje demonstrado por meio do discurso vocal de países que clamam por reformas institucionais e que há pouco não possuíam voz no cenário internacional. (QUAINI, 2011).

A repercussão em torno de Seul foi desmedida, rodeada por protestos e repórteres do mundo todo, a sociedade internacional aguardou com ansiedade quais seriam os frutos daquele já chamado “Consenso”. A grande verdade é que muito se falou e pouco se fez, tanto no que tangia a pautas protagonistas quanto ao que se referia às cotas; já que nem todos os membros do G-20 ratificaram as melhorias propostas e o prazo para tal se estendeu para 2012.

A hilária “reforma histórica” consiste em que as principais semicolônias que cumprem um papel chave na sustentação de uma economia mundial capitalista em crise se comprometam ainda mais com as metas draconianas do FMI para atacar seus trabalhadores. Tanto que os EUA, que possuem 17,67% de participação nas cotas do FMI, continuará tendo poder de veto nas decisões centrais, que precisam de 85% dos votos dos membros do organismo. Por outra parte, a grotesca “reforma histórica” implica que juntos China, Índia, Brasil e Rússia somem apenas 14,18% dos votos, e todos os chamados países atrasados só chegariam a juntar 42,29% dos votos, questão que lhes impede de impor qualquer tipo de veto. (LBI. 2010).

Uma década após a renúncia do que seria o acrônimo BRIC, acontecia a Terceira Cúpula dos Chefes de Estado e Governo daqueles quatro países, na cidade de Sanya, situada às margens do Mar da China. Sob o lema "Visão Ampla, Prosperidade Compartilhada", a reunião apresentou os BRICS em sua mais nova configuração a partir da adesão do quinto membro, África do Sul. Quando foi anunciada a admissão da África do Sul no grupo dos grandes emergentes, Jim O'Neill logo se declarou contrário à entrada daquele país no BRIC. O'Neill afirmou que a África do Sul não apresentava as características que ele se utilizou para cunhar os BRICS, tais quais uma parcela em torno de 5% do PIB mundial (o país não representa sequer 1%), crescimento acelerado e grande densidade populacional. Estava mais do que claro que economicamente a África do Sul não era BRIC, até porque países como Indonésia, Turquia, Coreia do Sul e México estavam muito à frente e, mesmo que se fosse escolher um país africano, este não seria a África do Sul, mas sim a Nigéria. Todavia o economista fez ressalva em relação a sua afirmação, assumindo que o pioneirismo de ser representante do continente africano pode sim ser fato que colabore com seu encaixe no BRIC.

Ao sugerir que a África do Sul não é grande o bastante para ser um BRIC, não estou negando sua importância regional. De fato, o argumento político para a inclusão da África do Sul no BRIC poderia ser que ela atua como um representante do continente africano. (O'NEILL. 2012, p. 119).

Durante os dois dias de cúpula, percebeu-se que no momento em que aqueles quatro países anunciaram a inclusão de África do Sul em seu agrupamento, mais do que apenas economia estava em jogo. A Declaração de Sanya serviu para firmar a clivagem geopolítica a que o grupo estava se inclinando. A decisão de incluir a África do Sul se confirmou como parte da estratégia dos BRICS em incluir o continente africano na agenda internacional. Um contrapeso na governança global para que esta se articule melhor entre Norte e Sul também pode ser interpretado, além do mais não devemos nos esquecer do IBAS (fórum de diálogo entre Índia, Brasil e África do Sul), outro agrupamento que busca delinear uma nova conjuntura internacional através de uma coordenação política de interesse mútuo.

Sanya trouxe, sobretudo, a ampliação dos temas tratados pelos BRICS, além do eixo econômico-financeiro e governança global, especiais foram as menções acerca de segurança, energia, segurança alimentar, entre outros. A questão da reforma do SFI foi mais uma vez reforçada e a mesma atenção foi dada tanto às cotas de voto no FMI quanto ao sistema que elege os representantes do Fundo e do BM.

Apesar da repercussão otimista de Sanya, alguns meses antes da reunião anual do G20 os BRICS não contavam com uma reviravolta curiosa. A eclosão da Crise da Dívida Pública na Zona do Euro denunciou a incapacidade do Neoliberalismo europeu de administrar sua economia. Após se valer da Bolha Imobiliária norte-americana para conseguir poder de barganha, a situação em que se encontravam as principais economias europeias cabia perfeitamente como um novo trunfo nas mãos dos BRICS, seria o momento oportuno para que uma reforma do SFI concreta fosse articulada de maneira eficaz, bem como a ratificação das reformas no FMI acordadas em Seul. Os BRICS possuíram naquela hora mais uma oportunidade para se alavancarem no cenário internacional: recessão na economia dos desenvolvidos. A necessidade de uma coalizão unida e fortificada é latente em períodos de crise, uma vez que a diplomacia dos Estados em vantagem detém grande poder de barganha. Quando uma situação como essa ocorre sem produzir grandes mudanças no *status quo*, é necessário um estudo sobre as estratégias empregadas até então.

“A disposição dos EUA e da UE para a reforma provavelmente deve aumentar em função da crise financeira, especialmente se a crise levasse a uma recessão internacional grave. Mas a janela de oportunidade é pequena e as ações precisam ser tomadas rapidamente. Como afirmou uma vez o economista Paul Romer: “É terrível desperdiçar uma crise.” (MILDNER; SILVA-GARBADE. 2009, p. 83).

O sexto encontro das vinte maiores economias globais teve locação na cidade mediterrânea francesa de Cannes, aos terceiro e quarto dias de novembro de 2011. O clima de instabilidade econômica na Europa permaneceu denso durante os dois dias de reuniões e é claro que a *Crise da Zona do Euro* atraiu grandes atenções, mais que isso, ofuscou muitas das pautas da agenda do evento. Uma solução para a crise da moeda da UE era requerida às pressas, tanto pelas economias locais menos afetadas pela crise (Alemanha e França), quanto pelas potências emergentes; urgia-se um esclarecimento franco proveniente dos PIIGS (Portugal, Itália, Irlanda, Grécia e Espanha - os estados responsabilizados pela crise) sobre como frear sua recessão. Às economias emergentes foi endereçado o convite para sua participação no pacote de resgate necessário a recuperação daquelas economias fragilizadas pela crise. Os BRICS demonstraram forte interesse em realizar um aporte através do FMI, entretanto condicionaram-no a ratificação das reformas de 2010, situação em que pela lógica uniria o útil ao agradável. A ratificação não aconteceu. Na verdade o relatório da cúpula de Cannes reservou não mais que uma única linha para reiterar alguma importância acerca das reformas do FMI.

O ministro da Fazenda, Guido Mantega, disse que os países em desenvolvimento poderiam prover mais recursos para ajudar os países da zona do euro em dificuldades, mas desde que ganhem como contrapartida mais poder dentro do Fundo Monetário Internacional (FMI). (...) O ministro também pediu que os países da própria zona do euro contribuam mais com seus próprios fundos para a ajuda. "Os países emergentes somente ajudarão sob duas condições: primeiro que eles (os países da zona do euro) reforcem sua rede de proteção (o fundo europeu de ajuda aos países em dificuldades) e segundo, que a reforma do FMI seja implementada". (BBC, 2012).

Talvez seja o momento para refletir sobre o quão alinhado se encontra os BRICS, em especial Brasil e China, os dois mais adiantados em questão de atuação no G-20. Ficou evidente no evento o distanciamento da China quanto às ressalvas brasileiras quando se discutia o pacote de resgate. Enquanto o Brasil tentava contrabalancear as decisões para não ter de ceder aos caprichos do Velho Mundo, como por exemplo, não realizar o aporte via FEEF (Fundo Europeu de Estabilização Financeira), os chineses não estavam tão interessados em demonstrar dúvida com relação à Europa, em razão do continente ainda ser seu maior mercado consumidor. Brasil e China perdiam naquele momento a oportunidade de consoar uma fala que expressaria a afinidade política tão valiosa dentro dos BRICS.

Os BRICS se reuniram em Nova Deli, capital indiana, no dia 29 de março de 2012 para a celebração de sua quarta cúpula anual. Os líderes daquelas cinco nações deram abertura

ao tradicional encontro reforçando pontos importantes dos quais os BRICS se utilizam para a formulação de estratégias para sua inserção na agenda global. Representando 43% da população e 25% do território mundial, o quinteto funciona hoje como uma plataforma de diálogo e cooperação, demonstrando total preocupação com a recuperação da atual crise econômica que assola os países da Zona do Euro. A demanda por reestruturação da arquitetura financeira internacional, além da ampliação de voz e representatividade de países emergentes e subdesenvolvidos urge em consequência da atual configuração instável e frágil da economia mundial. O grupo fez menção ao diferenciado estágio em que suas economias se encontram em relação às tradicionais europeias, ao passo que se recuperaram mais rapidamente da crise de 2008 e contribuem de maneira mais significativa para o crescimento da economia global.

Preocupa aos BRICS a lentidão com que o G-20 vem tratando assuntos referentes à reforma de cotas e governança do FMI, ressaltam que as medidas acordadas em 2010 urge por uma implementação anterior ao encontro do G-20 em Los Cabos. Foi ponderado que o grupo visa acima de tudo substituir a dicotomia anacrônica de doadores-receptores existente nas IFI's por um ambiente que se prezem parcerias igualitárias e multilaterais.

A cúpula teve ápice quando o primeiro-ministro indiano, Manmohan Singh, anunciou aos presentes o projeto dos BRICS em criar um Banco de Desenvolvimento. Segundo o pouco que foi revelado, o banco funcionaria como mobilizador de recursos para projetos de desenvolvimento dos próprios BRICS e outros países emergentes.

Com efeito, a proposta parece alinhada com o conteúdo das declarações resultantes de reuniões das lideranças dos BRICS. A reforma de instituições financeiras ocupa posição privilegiada na pauta do agrupamento desde a criação deste. Tal agenda parte de críticas quanto à transparência do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial, bem como do argumento de que é necessário adaptar tais instituições à “arquitetura monetária e financeira globais”, mediante, principalmente, a revisão dos critérios de distribuição de cotas e, por conseguinte, do poder de voto dos países que integram o Fundo. A proposta original de um banco para o desenvolvimento dos países emergentes partiu dos economistas Nicholas Stern e Joseph Stiglitz e foi apresentada na Cúpula de Sanya (China), em 2011. Segundo Stiglitz, uma iniciativa alternativa ao FMI poderia ser sustentada pelos países emergentes, uma vez que estes concentram grande parte dos recursos financeiros do mundo em desenvolvimento. (PONTES, 2012).

Além do mais em momentos de crise o banco suplementaria o trabalho que já vem sendo realizado pelas IFIs consolidadas. Segundo Manmohan Singh os Ministros das

Finanças dos cinco países foram encarregados de estudar as possibilidades reais em torno do banco e trazê-las para a próxima reunião em Durban, com otimismo espera-se vê-lo institucionalizado nos próximos três anos.

A criação do banco dos BRICS, portanto, funcionaria como elemento aglutinador dos esforços destas economias para atração de investimentos, e poderia conferir maior potencial de negociação junto a suas demandas pelas reformas do FMI e do Banco Mundial. Nesse sentido, para além de alavancar a cooperação Sul-Sul em termos retóricos como indicavam as avaliações de céticos e críticos, com a iniciativa do Banco de Desenvolvimento os BRICS dão o indício mais forte da intenção de propor medidas práticas efetivas. (MOREIRA, H.; FIGUEIRA. 2014, p. 59).

A 7ª Cúpula dos Chefes de Estado do G-20 ocorria aos décimo oitavo e décimo nono dia de junho do ano 2012, na cidade turística de Los Cabos, México. A reunião se inicia de maneira tensa com recomendações em áspers sendo direcionadas à comunidade europeia. Mais uma vez os europeus foram pressionados a resolver seus problemas internos com relação à *Crise da Zona do Euro*.

O parecer sobre o estado da economia global foi de desequilíbrio, uma Europa ainda em crise e o substancial aumento do desemprego na região. Em contraste a economia Norte Americana demonstrava sua recuperação estável e significativa retração no desemprego. Preocupações surgem a respeito dos BRICS e de outras economias emergentes que embora tenha abastecido a economia global na primeira década desse milênio, o fizeram principalmente através de exportação de commodities, mercado ainda volátil.

Quanto à reforma do FMI, as propostas se mantiveram em estado de limbo. O impacto da crise europeia tem distraído algum progresso nas mudanças, além disso, a carência de uma ação mais conjunta e maciça dos países emergentes também contribui para o atraso.

Mas a maior divergência é a não identificação de um conjunto nítido de objetivos comuns. O grupo não apresenta um projeto de reorganização econômica e política global, defende tão somente, políticas de reforma das instituições, que passem a incluir os seus interesses. (SILVA, 2012).

Um dos problemas evidenciados nessa reunião tem sido o fato de a maior parte das mudanças necessitar de aprovação do parlamento dos países membros. As aprovações não têm se aproximado ou nem mesmo sido requeridas em alguns países; que incluem países europeus em sua maioria (Alemanha inclusive), além de Estados Unidos e Canadá.

Precisamente apenas 9 dos 19 Estados membros do G-20 agiram de alguma maneira no sentido da ratificação das reformas.

O projeto de reforma que tange a governança do Fundo também não avançou, possivelmente regrediu. O atraso das reformas compromete cada vez mais a legitimidade do FMI, cujo papel na crise europeia tem sido questionado sobre deter autonomia sobre suas decisões ou se apenas segue os mandamentos daquele continente.

A crise pode até oferecer ao FMI a chance de reverter seu papel do passado, o de credor, e ao mesmo tempo intensificar seu papel de regulador global e preservador da estabilidade financeira. Essa oportunidade de definir o mandato do Fundo e de fortalecer seus recursos não deveria ser desperdiçada. (MILDNER; SILVA-GARBADE. 2009, p. 83).

Simplesmente repetir o comprometimento das cúpulas anteriores não irá retirar as reformas da inércia. Palavras ocas vão gerar apenas mais cinismo e mais tempo desperdiçado irá apenas atrasar uma reforçada, independente e imparcial instituição financeira que a economia mundial tanto exige nesse momento. Um parecer honesto e sério precisa ser declarado com urgência para que até o final de 2014 tal situação sinta progresso real.

Reunindo os integrantes do nosso grupo protagonista, em Durban (África do Sul) se desenrolou aos 26 e 27 de março de 2013 a Quinta Cúpula dos BRICS. De tema, "BRICS e África: Parceria para o Desenvolvimento, Integração e Industrialização". A cúpula focou em Durban dois vértices que vinham suscitando os ânimos das relações internacionais emergentes; em primeiro lugar as discussões sobre o banco de desenvolvimento alternativo ao FMI, seu papel e seu retorno em relação ao grande aporte inicial (cerca de 100 bilhões de dólares) foram importantes pautas; paralelamente apresentaram-se na cúpula intenções de se reforçar uma melhor integração do continente africano ao cenário internacional, o que promoveria uma dinâmica mais competitiva entre os próprios países africanos, algo que traria avanço nos esforços para promover o crescimento econômico africano, fator essencial na luta contra a pobreza, desigualdade social e desemprego que assola aquele continente.

Pela primeira vez mecanismos técnicos entre os membros encontraram palco nas discussões. Foi acordado o levantamento de um Arranjo Contingente de Reservas (ACR) com cifra inicial na casa 100 bilhões de dólares, é esperado que China injete cerca de 41 bilhões ao pacote, tal movimento tornaria possível melhores profilaxias no que se refere a crises de liquidez, além de proferir maior segurança na manutenção de moedas nacionais estabilizadas. Os BRICS acordaram criar um Conselho Diretor que funcionaria como uma ponte entre seus chefes de estado e os principais líderes de empreendimentos dentro de cada país membro.

Durban atraiu mais de 500 empresários, uma reflexão clara do explícito interesse nos BRICS da parte daqueles.

A resolução oficial de Durban reitera o caráter factível e viável da construção do banco, afirmação com base nas análises realizadas pelos Ministros das Finanças e presidentes dos Bancos Centrais dos países em questão. Foi enunciado mais uma vez o caráter de complementaridade do banco às IFIs já existentes.

Por fim, novamente um momento foi dedicado ao reclame pela reforma das cotas no FMI. Aos BRICS preocupam as incertezas acerca do acordado em 2010, o atraso tem gerado descrença na cooperação internacional, principalmente quando se tenta falar em integração Norte e Sul. Os BRICS reiteraram que a reforma urge mais do que nunca, já que agora poderá atingir de maneira mais ativa países da zona subsaariana após a incorporação da África do Sul.

Durban se caracterizou por ser uma cúpula em que a integração entre os membros dos BRICS foi mais valorizada em detrimento de tentativas de buscar maior protagonismo dentro das instituições do Norte político. Existe aqui uma possível reorientação da estratégia emergente, em que ao invés de almejar enraizar-se ao lado das potências tradicionais, há o anseio por novas vias, percebe-se um desejo pela criação de sistemas alternativos àqueles que foram estabelecidos quando os BRICS sequer eram democracias existentes.

A oitava e última Cúpula do G-20 que tratarei aqui foi celebrada em São Petersburgo na Rússia, aos quinto e sexto dia do mês de setembro de 2013. A reunião dos Chefes de Estado, já consolidada como principal fórum de discussão sobre a economia global, se orientaria principalmente a temas relativos à continuidade da recuperação pós-crise de 2008.

Com tom desenvolvimentista as economias mais poderosas do mundo enunciaram especialmente a importância da criação de novos empregos, dado o ressentimento da crise. Para a maioria do G-20 os países Europeus precisam fazer mais para conter sua recessão, medidas austeras são incentivadas para que a recuperação se torne efetiva a prazos mais curtos. Foi defendida também a necessidade de arquitetar uma economia global inclusiva e equilibrada, ação essencial para conter a disparidade econômica entre as nações.

Foi reforçada pela presidência russa do G-20 a urgência em que se encontram as ratificações das reformas de cota do FMI, que ainda tramitam pelo Congresso norte-americano sem aprovação. Um parecer positivo é esperado até a 15ª Revisão Geral de Cotas do FMI, adiada para janeiro de 2015.

A cúpula findava mais uma vez marcada por excessos de recomendação e carência de medidas práticas. Os compromissos e afirmações disparadas desde 2009 mais uma vez foram repetidos e nenhuma ação contundente foi de fato realizada.

Verdade é que os BRICS possuem divergências entre si e aos olhos de muitos têm sido elas as responsáveis por frear qualquer ação conjunta que proporcione resultados mais satisfatórios.

Os sistemas políticos também diferem: da democracia liberal, em certos países, a formas de controle por um único partido, em outros. Suas economias também tampouco coincidem: agricultura no Brasil, manufaturas na China, energia na Rússia, serviços na Índia e a África do Sul reproduz um modelo de exportação, de certo modo, parecido com o do Brasil. (SILVA, 2012).

É claro que a reforma de uma IFI já consolidada há passados 60 anos não depende apenas da coalizão de um grupo de países que ainda permanece informalizado. Mas é certo que muito do que já foi alcançado através dessa cooperação não deve ser ignorado e entendido apenas como dinamismo oportunista em períodos de opulência econômica. As cúpulas dos BRICS demonstraram que existe uma tentativa recorrente de encontrar uma via que direcione os diálogos para processos decisórios, entretanto é necessário analisar o que tem sido os desafios reais para uma melhor harmonização do grupo.

Quando Jim O'Neill pela primeira vez laborou a delimitar diretrizes acerca do que ele considera ser essencial para ser um BRIC em 2001, o economista se inclinou para um perfil padronizado. O'Neill listou as grandes extensões territoriais, o alto contingente populacional e o esplendor econômico como sendo as principais colunas de sustentação daqueles quatro países. Tal prelúdio fez surgir um grupo que utilizava como combustível a vontade de estabelecer no sistema internacional as bases para um multilateralismo democrático alicerçado na cooperação entre diferentes nações.

A desaceleração na economia dos BRICS tem minado debates que se dedicaram a traçar um perfil diferente daquele preconizado por O'Neill, dando primazia agora aos contrastes entre os cinco países; busca-se dessa maneira explicar o porquê de o grupo não engatar.

Os mais céticos culpam os privilégios os comerciais concebidos aos países vizinhos em detrimento de um alinhamento mais favorável aos cinco. Fator que alarga ainda mais a já denotada falta de complementaridade de suas economias.

Nota-se também a diferença cultural, o que reflete inclusive em posicionamentos políticos.

Os sistemas políticos também diferem: da democracia liberal, em certos países, a formas de controle por um único partido, em outros. Suas economias também tampouco coincidem: agricultura no Brasil, manufaturas na China, energia na Rússia, serviços na Índia e a África do Sul reproduz um modelo de exportação, de certo modo, parecido com o do Brasil. (DANHONG, 2013).

De fato parece que a carência de um diálogo diplomático uníssono (que não existe em qualquer outra instituição internacional) no bloco tem tido peso especial quando questões polêmicas como o Conselho de Segurança das Nações Unidas ou armas nucleares tomam pauta nas mesas de discussões (nada muito diferente do que ocorre dentro da própria UE).

Ninguém tinha ouvido falar dos BRICS, até recentemente, e o termo só foi inventado em 2001. Os BRICS estão ainda na sua fase embrionária e, na minha opinião, os líderes estão corretos em visar as etapas pragmáticas. Eles devem se concentrar mais na consolidação intra-grupo de cooperação econômica antes de agir como uma entidade política. Eles também devem ter cuidado para não se deixar levar pela agenda ambiciosa, que é muitas vezes favorecida por alguns na mídia. (HOU, 2013).

Há quem se esforçar para entender que apesar disso os BRICS preferem navegar em sua própria maré a contribuir para a continuidade de um sistema neoliberal que jaz insuficiente para atuar na corrente configuração do sistema internacional. A caracterização diversa dos BRICS é características das relações internacionais do século XXI e deve ser utilizada como artifício. As organizações internacionais tradicionais, a partir dessa ótica, se encontram em anacronismo, incapazes de suprir a demanda mundial por um contrabalanço entre Norte e Sul.

Por enquanto não vamos dar enfoque à forma como os BRICS deveriam agir como um único ator. Nesta fase, os BRICS devem começar por se concentrar em aprofundar a cooperação econômica intra-grupo e desbloquear o potencial econômico que já existe dentro desses países, alavancando o grupo como uma plataforma para buscar oportunidades mais longe. O swap cambial 30 bilhões de dólares assinado entre Brasil e China é um passo na direção certa. As complementaridades econômicas entre eles, com a China e a Índia sendo importadores de recursos e o restante sendo exportadores de recursos, poderia aprofundar a cooperação. (HOU, 2013).

A flexibilidade encontrada nos BRICS os torna então uma importante ferramenta de diálogo, a despeito de naturais divergências. Com ironia devemos nos lembrar dos desacordos existentes entre Harry D. White e J. Maynard Keynes quando arquitetavam o FMI em 1944. A polarização massiva de interesses dentro de um seleto grupo de países sempre demonstrou o

quão nocivos são seus efeitos para um sistema internacional que busca a democracia e o equilíbrio.

Enquanto as reformas são negadas pelos congressistas estadunidenses e as divergências na Europa sobre como tais reformas devem ser manuseadas, os BRICS devem continuar sua luta para manter-se onde estão e começar a estudar dinâmicas alternativas para que seu crescimento econômico e o bem-estar de suas populações não dependam da futilidade de alguns. Nada muito diferente do que já estão fazendo.

5 CONCLUSÃO

Conseguí compreender com esse trabalho que sistemas financeiros e modelos de crescimento econômico tendem a saturação conforme se desenvolvem. Por esse motivo faz-se necessária a existência de um rigoroso acompanhamento dos riscos e viabilidades apresentados por posturas tomadas. Seja nos padrões monetários utilizados durante a história do Sistema Financeiro Internacional, seja na adoção de políticas neoliberais ou keynesianas, a derrocada dos modelos adotados ocorreu devido à ignorância com relação ao dinamismo social do mercado, tão mutável ao longo dos anos.

O crescimento experimentado pelos BRICS lhes proporcionou gozo no cenário internacional em sua primeira década de existência, entretanto hoje já denota alguns obstáculos que poderão vir a aumentar caso um pensamento empreendedor não seja germinado dentro do grupo, há que se trabalhar nisso.

A necessidade de reforma do SFI reforça a perda de legitimidade que tem sofrido as instituições de Bretton Woods, hoje incapazes de gerir a economia mundial. Se o FMI deseja recuperar seu papel de principal credor mundial e articulador em mercados, precisa rever suas virtudes, ou então continuará sendo uma plataforma para que países do Norte expressem seus interesses nacionais.

Os BRICS precisam agir rápido, não especificamente de modo a alterar a ordem internacional, precisam mais que isso conseguir se solidificar como grupo, consolidar a política cooperativa entre si. A criação efetiva do banco de desenvolvimento é algo que o grupo precisa ter como prioridade nesse momento, uma vez que seu peso na economia internacional seria alavancado substancialmente, razão disso é o fato de que o banco poderia

abraçar a causa de muitos países do eixo Sul. O aumento na representatividade dos BRICS ocorrerá naturalmente se uma cartilha de ações for cumprida dentro de seus próprios horizontes, bem como a representação de todo o Sul global.

Há que se prestar atenção também para que não haja exageros em privilégios a políticas individuais e domésticas, o grupo precisa se enxergar como grupo. Porém, os BRICS precisam continuar diversos entre si, complementando-se, e sempre refletindo as vozes do Sul global em prol de um interesse comum.

A situação das cotas é apenas um pequeno exemplo de como esses cinco países estão sendo tratados com indiferença pelo Norte neoliberal. Por esse motivo é que precisamos estar sempre um passo a frente disso, buscando a criação de novos mecanismos de contrapeso com as potências do Norte. Devemos praticar da melhor maneira o Novo Desenvolvimentismo, o Estado precisa acostumar-se a empreender ao lado do mercado.

Os BRICS nasceram em um novo século e com ele trouxeram novas esperanças para uma região que há muito vem sendo subjugada e explorada. Muito está sendo confiado a nós, são nações inteiras que enviam seus votos às mãos de Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul. Cabe-nos honrar o compromisso na tarefa de construir um mundo mais equilibrado em que isso não continue sendo determinada por quem não nos representa.

REFERÊNCIAS

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir & GENTILI, Pablo (orgs.) Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, p. 09-23.

AQUINO, Amilton. O “capitalismo de estado” vai substituir o capitalismo de livre mercado?. 2012. Disponível em: <<http://visaopanoramica.net/2012/03/04/o-capitalismo-de-estado-vai-substituir-o-capitalismo-de-livre-mercado/>>. Acesso em 07/07/2012.

Banco dos BRICS para o desenvolvimento: uma (contenciosa) proposta em debate. PONTES: Informações e análises sobre comércio e desenvolvimento sustentável, v. 8, n. 7, 2012.

BARRETO, Pedro. Dinheiro na mão é vendaval. Desafios do Desenvolvimento, ano 6, n. 53. Curitiba: Virtual Publicidade, 2009, p.72-73.

_____. História: Bretton Woods. Desafios do Desenvolvimento, ano 6, n. 50. Curitiba: Virtual Publicidade, 2009, p.46-48.

BBC. Brasil condiciona ajuda à Europa em crise a mais poder no FMI. 2012. Disponível em: <http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2012/02/120226_brasil_fmi_ajuda_ue_mantega_rw.shtml>. Acesso em 08/07/2014.

BITTENCOURT, Silvia. O Euro. 2ª reimpressão. São Paulo: Publifolha, 2002. 82 p. ISBN: 978-85-7402-377-9.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Assalto ao Estado e ao mercado, neoliberalismo e teoria econômica. Estudos Avançados, 2009, v. 23, n. 66, p. 7-23. ISSN 0103-4014.

DANHONG, Zhang. Como grupo, Brics tropeçam na indefinição entre parceria e concorrência. 2013. Disponível em: <<http://www.dw.de/como-grupo-brics-trope%C3%A7am-na-indefini%C3%A7%C3%A3o-entre-parceria-e-concorr%C3%Aancia/a-16694085>>. Acesso em 07/07/2014.

ECONOMIST: World GDP, 2012. Disponível em: <<http://www.economist.com/blogs/graphicdetail/2012/06/focus-3>>. Acesso em: 21/07/2014.

EICHENGREEN, Barry J. A globalização do capital: uma história do sistema monetário internacional. 2ª edição. São Paulo: Editora 34, 2012. 288 p. ISBN: 978-85-7326-174-5.

FAGNANI, Eduardo. Neoliberalismo e "mal-estar contemporâneo". 2013. Disponível: <<http://www.teoriaedebate.org.br/materias/sociedade/neoliberalismo-e-mal-estar-contemporaneo?page=full>>. Acesso em 07/07/2014.

FERREIRA, Vanessa C. Sistema Financeiro Internacional: Fracassos e necessidade de reestruturação macroeconômica. Aurora, Marília, 2012, v. 5, n. 1, p. 157-168.

FIGUEIREDO, Ilda. Crise na União Europeia: países à beira da bancarrota. 2012. Disponível em: <<http://www.revistaprincipios.com.br/principios/34-noticias/264-cri-se-na-uniao-europeia-paises-a-beira-da-bancarota.html>>. Acesso em 07/07/2014.

FMI: IMF Members' Quotas and Voting Power, and IMF Board of Governors, 2014. Disponível em: <<http://www.imf.org/external/np/sec/memdir/members.aspx>>. Acesso em: 21/07/2014.

GARBER, Peter M. et al. The Collapse of the Bretton Woods Fixed Exchange Rate System. A Retrospective on the Bretton Woods System: Lessons for International Monetary Reform. Chicago: University of Chicago Press, 1993. p. 461 - 494. ISBN: 0-226-06587-1.

GARCEZ, Bruno. BRICs saem do G20 com menos que queriam no FMI, mas Lula comemora. 2009. Disponível em: <http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2009/09/090925_g20_emergentes_bg_cq.shtml>. Acesso em 07/07/2014.

GOLDMAN SACHS GROUP INC. WHO WE ARE. 2014. Disponível em: <<http://www.goldmansachs.com/who-we-are/at-a-glance/index.html>>. Acesso em 07/07/2014.

HOU, Zhenbo. The BRICS lead by example in global governance reforms. 2013. Disponível em: <<http://www.odi.org/comment/7631-brics-candidates-global-governance-wto-unido>>. Acesso em 08/07/2014.

HUOTARI, Mikko; HANEMANN, Thilo. As potências em ascensão e mudanças na "Ordem Financeira Global". Potências emergentes e desafios globais, ano 13, v. 2, p. 33-57. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2013. 168 p. ISBN: 978-85-7504-172-7.

HURRELL, Andrew et al. Hegemonia, liberalismo e ordem global: qual é o espaço para potências emergentes?. Os BRICS e a Ordem Global. Rio de Janeiro: FGV, 2009. 168 p. ISBN: 978-85-225-0718-4.

LBI. A grande farsa do “Consenso de Seul”. 2010. Disponível em: <<http://www.lbiqi.org/quotaLbiqi/lbiqi/lbiqi/jornal-luta-operaria/no-204-2a-quinz-de-novembro-2010/a-grande-farsa-do-201cconsenso-de-seul201d>>. Acesso em 08/07/2014.

LICHTENSZTEJN, Samuel; BAER, Monica. Fundo Monetário Internacional e Banco Mundial: estratégias e políticas do poder financeiro. São Paulo: Brasiliense S.A., 1987, p. 240).

MATTOS, Fernando A. M.; A crise financeira internacional de 2008/2009 e a derrocada dos mitos do neoliberalismo. Revista Sociedade Brasileira de Economia Política, Rio de Janeiro, 2009, n. 25, p. 52-73.

MILDNER, Stormy; SILVA-GARBADE, Caroline. Por que a reforma do FMI tem sido tão difícil: os EUA e a União Europeia no FMI. Governança Global, ano 9, v. 3, p. 61-84. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2009. 219 p. ISBN: 978-85-7504-136-9.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. II Cúpula BRIC - Brasília, 16 de abril de 2010. 2010. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/notas-a-imprensa/2010/04/13/ii-cupula-bric-brasilia-16-de-abril-de-2010/?searchterm=rio%20+%2020>>. Acesso em 07/07/2014.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. Cúpula dos Chefes de Estado e de Governo dos BRICs - Ecaterimburgo, 16 de junho de 2009 - Declaração Conjunta. 2009. Disponível em <<http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/notas-a-imprensa/2009/06/17/cupula-dos-chefes-de-estado-e-de-governo-dos-brics>>. Acesso em 07/07/2014.

MORAES, Reginaldo C.. Neoliberalismo - de onde vem, para onde vai?. 1ª edição. São Paulo: Senac, 2001. 160 p. ISBN: 8573592001.

MOREIRA, Assis. Brics recebem 20% do investimento global em 2012, diz Unctad. 2013. Disponível em: <<http://www.valor.com.br/brasil/3058992/brics-recebem-20-do-investimento-global-em-2012-diz-unctad#ixzz36pvB0OtS>> Acesso em 07/07/2014.

MOREIRA JR, Hermes; FIGUEIRA, Mauro. S.. O Banco dos BRICS e os cenários de recomposição da ordem internacional. Boletim Meridiano 47, v. 15, n. 142, mar-abr. p. 54-62, 2014.

NATIONAL TREASURY: State of BRICS Economies, 2012. Disponível em: <<http://www.treasury.gov.za/brics/sbe.aspx>>. Acesso em: 21/07/2014.

O'NEILL, Jim. O mapa do crescimento: oportunidades econômicas nos BRICs e além deles. 1ª edição. São Paulo: Globo, 2012. 256 p. ISBN: 978-85-250-5127-1.

PROSPECTIVA, 2012. Baixos índices de crescimento do PIB brasileiro: origens internas. Disponível em: <<http://www.prospectiva.com/baixos-indices-de-crescimento-do-pib-brasileiro-origens-internas/>> Acesso em 21/07/2014.

QUAINI, Priscila T.. G20: A Cúpula de Seul e o novo papel do Terceiro Mundo, por Priscila Teixeira Quaini. 2011. Disponível em: <<http://mundorama.net/2011/01/06/g20-a-cupula-de-seul-e-o-novo-papel-do-terceiro-mundo-por-priscila-teixeira-quaini/>>. Acesso em 07/07/2014.

SAFATLE, Vladimir P; BRICS e o retorno do capitalismo de Estado. Revista ESPM, São Paulo, 2007, Set-Out, p. 36-45.

SILVA, Paulo H.. Há uma agenda internacional comum para os Brics? Análise de convergências e divergências, por Paulo Henrique da Silva. 2012. Disponível em: <<http://mundorama.net/2012/08/08/ha-uma-agenda-internacional-comum-para-os-brics-analise-de-convergencias-e-divergencias-por-paulo-henrique-da-silva/>>. Acesso em 07/07/2014.

TOUSSANT, Eric. Centro versus Periferia na UE. 2011. Disponível em: <<http://www.esquerda.net/artigo/centro-versus-periferia-na-ue>>. Acesso em 07/07/2014.

UNIVERSITY OF TORONTO. Declaração dos Líderes Cúpula de Pittsburgh. 2009. Disponível em: <<http://www.g20.utoronto.ca/2009/2009communique0925-br.html>> Acesso em 07/07/2014.

UNIVERSITY OF TORONTO. Declaration of the Summit on Financial Markets and the World Economy. 2008. Disponível em: <http://www.g20.utoronto.ca/2008/2008declaration1115.html>. Acesso em 07/07/2014.

UNIVERSITY OF TORONTO. G20 London Summit. 2009. Disponível em: <<http://www.g20.utoronto.ca/summits/2009london.html>> Acesso em 07/07/2014.

USP. Social Democracia. Verbetes de economia política e urbanismo. 2002. Disponível em: <http://www.usp.br/fau/docentes/deprojeto/c_deak/CD/4verb/socialdem/index.html> Acesso em 07/07/2014.